

FGV DAPP

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

VOL.2

**DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE FISCAL**

O Rio Grande do Sul
em 2022

**POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO**
e sustentabilidade fiscal

UMA VISÃO DE FUTURO:
cenários para o
Rio Grande do Sul

 **FGV DAPP**

**DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE FISCAL**

FGV DAPP

Diretor

Marco Aurélio Ruediger

DAPP

DAPP Contato: (21) 3799-4300 | www.dapp.fgv.br | dapp@fgv.br

EQUIPE DE EXECUÇÃO

Coordenação

Rogério Sobreira

Pesquisadores

Bárbara Barbosa

Letícia Brasil

Wagner Oliveira

EDITORIAL

Projeto Gráfico

Café.art.br

Equipe

Alexandra Ramos

Andreia Bersot

Leandro Amorim

Maria Eduarda Rodrigues

Revisão

Lucas Calil

Yasmin Thayná

Impressão

DRQ GRAFICA E EDITORA LTDA



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: administração, direito e economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país.

Sede

Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro | RJ, CEP 22250-900 ou Caixa Postal 62.591 CEP 22257-970 | Tel: (21) 3799-5498 | www.fgv.br

Primeiro Presidente Fundador

Luiz Simões Lopes

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes

Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes

Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

Vogais

Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto; Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Márcio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes

Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Gilberto Duarte Prado, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Maurício Matos Peixoto e Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR

Presidente

Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente

João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos e Cia)

Vogais

Alexandre Koch Torres de Assis; Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos); Eduardo M. Krieger; Fernando Pinheiro e Fernando Bomfiglio (Souza Cruz S.A.); Heitor Chagas de Oliveira; Jaques Wagner (Estado da Bahia); Leonardo André Paixão (IRB - Brasil Resseguros S.A.); Luiz Chor; Marcelo Serfaty; Márcio João de Andrade Fortes; Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.); Pedro Henrique Mariani Bittencourt e Tomas Brisola (Banco BBM S.A.); Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.); Ronaldo Mendonça Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo); e Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul).

Suplentes

Cesar Camacho; Emerson Furtado Lima e Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.); José Carlos Schmidt Murta Ribeiro; Luiz Roberto Nascimento Silva; Manoel Fernando Thompson Motta Filho; Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.); Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.); Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros); Clóvis Torres (Vale S.A.); Rui Barreto; Sérgio Andrade; e Victório Carlos de Marchi.

FGV DAPP

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

VOL. 2

**DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE FISCAL**

O Rio Grande do Sul
em 2022

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Governador

Tarso Genro

Secretário da Fazenda

Odir Tonollier

Gabinete do Secretário da Fazenda

Henrique Candano Peixoto

Subsecretaria do Turismo do Estado

Felipe Rodrigues da Silva; Cezar Augusto Dalbosco; Sergio Alberto Serres

Subsecretaria da Receita Estadual

Ricardo Neves Pereira; Newton Berford Guaraná; Paulo Ricardo Saldanha Guaragna

Agradecimento pelas Contribuições

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (Seapa); Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT)
Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI); Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)
Fundação de Economia e Estatística (FEE); Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI);
Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); Banco de Desenvolvimento (Badesul)

Esta edição está disponível para download no site:
www.dapp.fgv.br

SUMÁRIO





APRESENTAÇÃO	/08
01 INTRODUÇÃO	/12
02 DESENVOLVIMENTO INSTITUIÇÕES E GESTÃO	/16
03 ONDE ESTAMOS?	/20
04 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE FISCAL	/26
4.1. Políticas Centrais	
4.2. Políticas Complementares	
05 UMA VISÃO DO FUTURO: CENÁRIOS PARA O RIO GRANDE DO SUL	/36
06 O RIO GRANDE DO SUL EM 2022: O FUTURO QUE QUEREMOS	/46
6.1. O Rio Grande do Sul em 2022	
REFERÊNCIAS	/52



APRESENTAÇÃO

O planejamento é essencial e, nesse contexto, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Fazenda, e a Fundação Getulio Vargas (FGV) – com a participação de secretarias formuladoras e executoras de políticas – uniram esforços para contribuir com o processo e oferecer o presente trabalho de dimensionamento das necessidades de crescimento do Estado, para que atinja o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade fiscal.

O objetivo é apoiar o planejamento econômico-estratégico do Estado com análises de múltiplos cenários, de modo a avaliar potencialidades e sinalizar setores passíveis de estímulo. As abordagens também visaram à sistematização de informações e análises, com vistas a contribuir para o fomento do desenvolvimento econômico e social.

Os desafios são muitos, e o Estado necessita de um plano consistente para melhor planejar suas ações e explorar suas potencialidades econômicas. Logo, ampliar a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos gaúchos, com garantia de sustentabilidade fiscal para o Estado.

O Executivo vem adotando medidas para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Sua atuação tem sido dirigida em diversas

dimensões com o objetivo de atuar como agente indutor do desenvolvimento.

Nesse sentido, o Estado precisa recuperar sua capacidade de planejamento para ter uma ação coordenada de políticas que resulte em melhorias nos serviços públicos com a qualidade desejada pela população. Também é preciso ampliar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do Estado, para, assim, superar os seus gargalos estruturais.

O processo para alcançar esses objetivos é complexo. Exige estratégia e planejamento para reverter a realidade enfrentada. Ações em diversas dimensões já foram desenvolvidas com esse propósito no período recente. Foi firmada, por exemplo, uma nova postura do Estado com suas relações internacionais, com maior integração política, econômica e cultural não apenas com países da América do Sul, como também da Europa e da Ásia, a partir de parcerias estratégicas em áreas do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

A implantação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Sistema de Participação Popular e Cidadã é marca importante para o aprimoramento das relações com a sociedade civil, bem como a criação do Gabinete Digital, as Interiorizações de Governo e os demais espaços abertos ao debate público.

Foi consolidado um Sistema de Desenvolvimento Econômico a partir da formulação de uma Política Industrial e de uma política tributária ativa, capaz de enfrentar a guerra fiscal e de proteger e estimular nossa indústria. Planos Safra estaduais e a valorização das cadeias do agronegócio e da agricultura familiar complementam esse sistema de desenvolvimento. O investimento privado, já confirmado, e a expectativa de novos investimentos, apoiados pela Sala do Investidor, são resultados dessa política. Os segmentos das pequenas e médias empresas, bem como o da agricultura familiar, estão sendo atendidos pela valorização do Simples Gaúcho ou do Programa Gaúcho de Microcrédito e pelo fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e dos Parques e Polos Tecnológicos.

O enfrentamento de problemas estruturais, como a carência de recursos para os investimentos necessários para ampliar a infraestrutura que comprometeu o desenvolvimento econômico e social do Estado, compõe essa política. A estratégia foi buscar nas operações de créditos, com instituições nacionais e internacionais, a fonte de recursos para suprir a ausência de verbas próprias para investimento e, desse modo, reverter o processo de deterioração contínua da infraestrutura do Estado.

O Rio Grande do Sul deverá estar preparado para um período de transição até alcançar seu propósito de desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade fiscal. Nesse caminho, é fundamental que a economia do Estado cresça. Esse crescimento será o suporte para dar maior dinamismo à economia gaúcha e para o aumento das receitas públicas.

Portanto, a análise das potencialidades e a construção de cenários possíveis proporcionará a ampliação dos vetores de desenvolvimento para balizar as estratégias de políticas públicas que melhor cumpram as metas de desenvolvimento econômico e social e de sustentabilidade fiscal.

O Estado pode entrar num novo ciclo após quinze anos de endividamento acima do limite – que perdurou até 2010 – e que retirava a possibilidade de operações de crédito para investimentos. Agora, o RS tem acesso a financiamentos.

A renegociação da dívida reduz a taxa de juros e, com isso, viabiliza o seu pagamento e abre mais espaço fiscal. Outra grande dívida é a obrigação previdenciária. Essa, com servidores inativos, deve ser paga aos que ingressaram no serviço público até 2011. A partir desse ano todos os novos servidores integram um Fundo sustentável que pagará os proventos da inatividade. Portanto, duas questões estruturais foram enfrentadas.

Essa transição para um período de alívio nas contas públicas terá de ser alavancada pelo crescimento econômico acima da média nacional. Assim, vai sustentar serviços públicos de qualidade, além de pagar dívidas do passado, contratuais e previdenciárias.

Não se pode afirmar que o Poder Executivo tenha uma máquina pesada. O Estado tem hoje 17,3 mil servidores a menos do que 11 anos atrás – 91 % estão na segurança e na educação. Cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal no que trata dos gastos de pessoal, chegando a 42,43% da receita corrente líquida em 2013. A média da década 2001/2010 foi de 43,33%. A solução é crescer mais.

Para tanto, precisa encontrar o melhor espaço na economia nacional e regional, ter competitividade e superar a vulnerabilidade climática.

Na perspectiva de déficit fiscal estrutural é que apresentamos esse trabalho, mostrando indicadores necessários tanto na receita como na despesa para superar essa deficiência.

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário da Fazenda Estado do Rio Grande do Sul

GRAMADO
RIO GRANDE DO SUL



01.



INTRODUÇÃO

Contrariamente à corriqueira associação que muitas vezes se produz entre a realidade do estado do Rio Grande do Sul e um cenário de crise – tal como se vê em notícias e pronunciamentos que buscam colocá-lo como um “estado sem solução” –, entende-se que o estado possui uma série de potencialidades que vêm sendo exploradas nos anos recentes dentro da constituição de uma ecologia do desenvolvimento. **Trata-se de uma estratégia ampla e planejada de transformação estrutural** de longo prazo dos aspectos socioeconômicos do estado do Rio Grande do Sul, cujos impactos positivos já podem ser sentidos e serão cada vez mais visíveis ao longo dos próximos anos.

Um dos resultados visíveis dos impactos desse processo é o entendimento de que o estado tem grande capacidade de atração de investimentos. O Rio Grande do Sul foi eleito o nono melhor estado para se investir dentre 240 estados sul-americanos pelo jornal “Financial Times” em relatório recentemente divulgado pelo seu setor de inteligência de investimentos estrangeiros¹. Entre os brasileiros, o estado gaúcho está na terceira posição, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

(...) O RIO GRANDE DO SUL FOI ELEITO O NONO MELHOR ESTADO PARA SE INVESTIR DENTRE 240 ESTADOS SUL-AMERICANOS PELO JORNAL “FINANCIAL TIMES” EM RELATÓRIO RECENTEMENTE DIVULGADO PELO SEU SETOR DE INTELIGÊNCIA DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS (...)

¹ Estudo intitulado “South American States of the Future”. A referência completa encontra-se ao final deste documento.

PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL



A partir disso, **o objetivo deste documento é analisar esse processo de transformação**, apoiando o estado na tarefa de elaborar um conjunto de metas para o Rio Grande do Sul, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista fiscal, levando em consideração dois cenários possíveis com um horizonte até 2022, a saber: um cenário-base, que extrapola as tendências esperadas para os próximos anos a partir da realidade atual e dos dados passados; e o cenário-meta, que busca estabelecer parâmetros normativos, colocando o estado numa visão de futuro que incorpore aspectos do desenvolvimento e da sustentabilidade fiscal e consolide muitas das estratégias que já vem sendo implementadas, propondo ainda medidas que venham a complementá-las. Esse cenário será construído como um intervalo de possibilidades entre um “pisso” e um “teto”.

Para tanto, são colocados aspectos teóricos sobre a concepção de desenvolvimento que serve como base da elaboração deste trabalho na seção 2. Em seguida, é apresentada uma visão geral do estado, um diagnóstico da situação de sua economia e de sua situação fiscal em seus aspectos estruturais, bem como as tendências mais recentes na seção 3. Na quarta seção, são apresentados os cenários mencionados, contrapondo o que é esperado (supondo que nada mais venha a ser implementado além dos esforços já realizados nos últimos três anos) com o que é estabelecido como meta. A quinta seção busca traçar o modo como se pretende alcançar essas metas, traçando uma série de sugestões de políticas em diversas frentes. A sexta seção faz o fechamento da análise, consolidando a visão de futuro do estado do Rio Grande do Sul.



02.



DESENVOLVIMENTO, INSTITUIÇÕES E GESTÃO

O termo desenvolvimento talvez seja, em economia, um dos que mais receberam acepções distintas, em situações e contextos díspares e a partir de matrizes ideológicas divergentes. Isso abre o leque para uma série de interpretações sobre o tema. Contudo, é muito importante ressaltar o fato de que não se trata apenas de algo “mais” do que crescimento, mas também de algo qualitativamente distinto do simples crescimento.

Dentro dessas inúmeras acepções, vale o destaque para a forma como o economista indiano Amartya Sen o entendeu: como um **processo de expansão das liberdades dos cidadãos**. Essa forma de entender o desenvolvimento pode colocar os países em um ranking muito diferente do ordenamento pelo PIB, por exemplo, pois incorpora no conceito não apenas um fim – o desenvolvimento –, como também um adjetivo para este fim – o desenvolvimento como liberdade. Nesses termos, o crescimento do PIB não só é insuficiente para gerar o objetivo esperado, como o enfoque único nessa variável pode desvirtuar a trajetória do verdadeiro fim que se busca. É nesse

sentido que o autor provoca uma ruptura com a noção de desenvolvimento apenas como crescimento.

Em seu artigo “Maximização e o ato da escolha”, publicado em 1997, Sen define dois conceitos muito importantes para sua análise: os “resultados finalísticos” (*culmination outcomes*) e os “resultados abrangentes” (*comprehensive outcomes*). Enquanto o primeiro pode ser entendido como um resultado de uma ação estratégica *per se*, o segundo incorpora, no resultado, a importância do processo que levou àquele resultado. A título de exemplo, pode-se pensar numa série de ações estratégicas balizadas para uma melhora da atividade econômica (crescimento do PIB), pura e simplesmente. Isso seria pensar num plano de desenvolvimento orientado pelos resultados (finalísticos), sem uma preocupação com a trajetória que se busca para o desenvolvimento.

Por outro lado, ter como meta o desenvolvimento como um processo que envolve uma trajetória de saltos qualitativos – mudança estrutural à la Schumpeter, como mostra a figura 1 – e que seja capaz

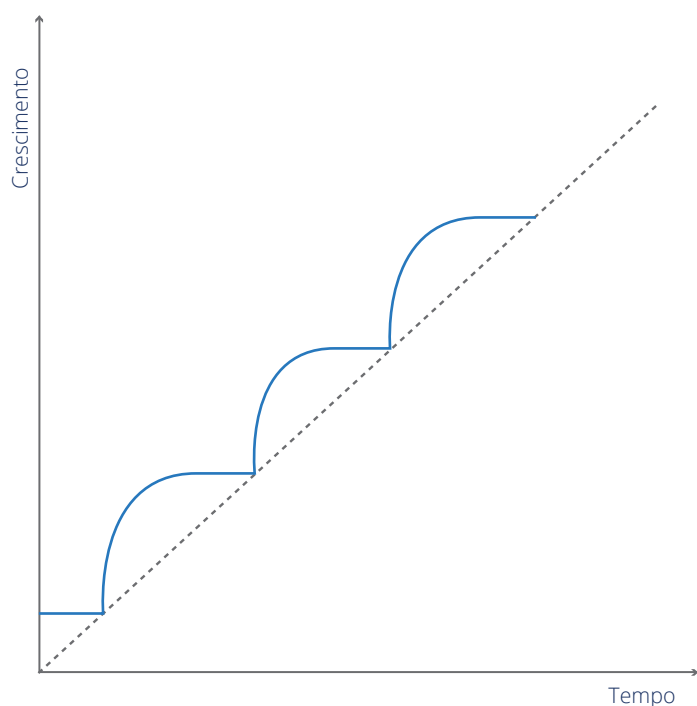
de gerar não só crescimento do PIB, como mudança na estrutura produtiva, geração de emprego, distribuição de renda e melhora das condições de infraestrutura é um objetivo completo, que incorpora ao resultado uma dimensão dada pelos meios utilizados para alcançar tal fim.

A ideia não é só gerar crescimento do PIB (mesmo que este seja sim um resultado esperado), mas como gerar este crescimento e, ainda, que tipo de crescimento. Trata-se de qualificar o fim com os meios, criando, como meta, um resultado abrangente, completo.

É nesse sentido que se propõe a promoção do desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul: como uma meta abrangente, como um resultado de um processo cujas ações estratégicas tenham importância intrínseca. Com essa reflexão em vista, seguem os elementos determinantes da noção de desenvolvimento empregada neste trabalho, que é a ideia norteadora das propostas apresentadas:

FIGURA 1

DESENVOLVIMENTO À LA SCHUMPETER



Fonte: FGV/DAPP

1) O processo de desenvolvimento é uma trajetória de longo prazo: é dinâmico na medida em que seus efeitos vão se construindo ao longo do tempo na forma de saltos qualitativos e de transformações estruturais, e não apenas na forma de uma tendência linear ascendente, o que justifica a adoção de um horizonte até 2022.

2) A indústria desempenha um papel central no desenvolvimento das economias capitalistas, devido à sua particularidade de engendrar ganhos massivos de produtividade, efeitos de integração cumulativos na cadeia produtiva e avanço técnico. O processo de industrialização é capaz de provocar uma migração de setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade, o que implica numa mudança qualitativa na economia. Isso não significa que os demais setores devam ser negligenciados, mas é preciso trabalhar as especificidades do papel de cada um para a dinâmica da economia como um todo.

3) Um aspecto central dessa estratégia é que a economia seja palco de um processo contínuo de inovação tecnológica, pois é este o responsável pela promoção de mudanças de patamar da economia, promovendo não só aumento de produtividade como também a diferenciação dessa economia em relação às demais. O ambiente competitivo da realidade atual exige mais do que o emprego constante de tecnologias de ponta. Exige que as economias tenham competências dinâmicas; um ativo intangível, a capacidade de inovar internamente, é o que provoca o diferencial.

4) Para isso, é necessário que haja um ambiente institucional propício à inovação e ao investimento de forma geral, tido como um tipo particular de gasto capaz de promover um efeito multiplicador na economia, gerando emprego e, por consequência, renda. No entanto, a decisão de investir se dá em um ambiente permeado de incerteza, o que requer uma série de fatores institucionais que criem um estado de confiança favorável à execução desse tipo de gasto. Isso envolve desde uma infraestrutura adequada até uma boa capacidade de acesso ao financiamento.

5) O setor público desempenha um papel crucial para o desenvolvimento, não só pela sua capacidade de mobilizar recursos em áreas relegadas pelo capital privado, como também pela capacidade de agir estrategicamente. Colocar em marcha esse processo não é algo que surge espontaneamente, mas

é resultado de um esforço deliberado de planejamento estratégico e de complementação de esforços entre o estado, as instituições privadas e a sociedade civil, tal como já vem sendo feito nos últimos anos.

Tais esforços dependem da capacidade que o estado possui para tal, o que implica pensar em metas factíveis para a sustentabilidade fiscal. A consolidação de uma estratégia de desenvolvimento econômico, combinada com a melhoria da situação fiscal, é a condição para que sejam atingidos os objetivos de elevação do padrão de vida da população e de maior equidade social.

6) Cabe enfatizar a importância do monitoramento e da avaliação das políticas de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, que permite que iniciativas bem-sucedidas sejam ampliadas e programas ineficazes sejam abandonados. Uma boa estratégia de desenvolvimento deve ser ajustada ao longo do tempo diante de seus resultados e de mudanças nas circunstâncias, e para isso um processo eficaz de gestão é fundamental.

Vale ressaltar que muitos esforços estão sendo realizados nessa linha em termos de promoção da inovação, criação de canais de financiamento, comunicação com investidores, redução dos custos de transação, planejamento do estado para atuação em setores estratégicos e incentivos fiscais, entre outras medidas.

O que este trabalho pretende fazer é trazer um olhar para o futuro da economia do Rio Grande do Sul, utilizando-se de uma metodologia de cenários (ver box metodológico a seguir) e criando um conjunto de proposições de política para atingir as metas estabelecidas. As propostas aqui colocadas visam a complementar essas estratégias e a fornecer um norte de atuação, elencando prioridades e sugerindo meios para tornar as medidas mais factíveis.

BOX 1

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao traçar um conjunto de metas que tenham como objetivo guiar a situação atual para um futuro cheio de possibilidades, é comum utilizar cenários para contrastar “o que será o futuro se nada diferente for feito” com “o que pode ser o futuro se fizermos algo diferente”, criando cenários comparáveis. Para isso, é necessário projetar o desempenho de uma série de variáveis para o futuro, cujo horizonte neste trabalho é o ano de 2022.

Essas projeções foram feitas utilizando métodos estatísticos de séries temporais (Modelos ARIMA), que buscam prever o comportamento das variáveis analisadas com base nos dados passados.

O conjunto de variáveis é formado por taxas de crescimento anuais do PIB do estado e dos setores da economia (primário, secundário e terciário), da arrecadação de ICMS, dos demais componentes da receita corrente e das despesas correntes divididas em Pessoal e demais despesas. A partir daí é possível deduzir o que se espera tanto em termos de dinâmica econômica quanto de resultado fiscal.

Preferiu-se trabalhar com dados fiscais correntes, retirando-se receitas e despesas de capital que possuem, por definição, um caráter discricionário que inviabiliza o uso de modelos de previsão. Foram retiradas dos cálculos ainda as receitas e despesas intraorça-

mentárias (recebidas/repassadas para outras instituições pertencentes ao mesmo orçamento na mesma esfera de governo), de modo a evitar dupla contagem, e também as transferências aos municípios, que não compõem receitas de fato do estado.

Todas as séries utilizadas no trabalho foram deflacionadas pelo IGP-DI/FGV (índice geral de preços – disponibilidade interna) geralmente utilizado em trabalhos que lidam com finanças públicas, mantendo a consistência necessária para comparação de valores em momentos diferentes do tempo.

03.



ONDE ESTAMOS?

Esta seção pretende fazer um breve diagnóstico e caracterização da economia do Rio Grande do Sul, bem como de sua situação fiscal, pois o conhecimento dessas características permite traçar uma visão de futuro e entender os principais gargalos que precisam ser resolvidos.

A economia gaúcha ainda é altamente dependente do setor agropecuário, sendo que 9% do PIB gaúcho advém desse setor e 25% do PIB do estado vem do agronegócio. O setor de serviços, por sua vez, responde por mais de 60% do PIB gaúcho, sendo o restante o equivalente à produção do setor industrial. Vale comentar que a volatilidade do Produto gaúcho está relacionada ao regime de chuvas que afeta diretamente a produção do setor primário. Citam-se como exemplos os anos de 2011 e 2013 como anos de supersafras e o de 2012 como um ano atingido pela estiagem. Esse movimento fica bastante claro nos gráficos 1 e 2.

Até o ano de 2010, o PIB gaúcho cresceu a taxas crescentes, mas abaixo do ritmo de crescimento do Brasil. Essa tendência modificou-se em 2011, quando observa-se um ponto de inflexão (como mostram as linhas de tendência polinomial) no qual se nota que

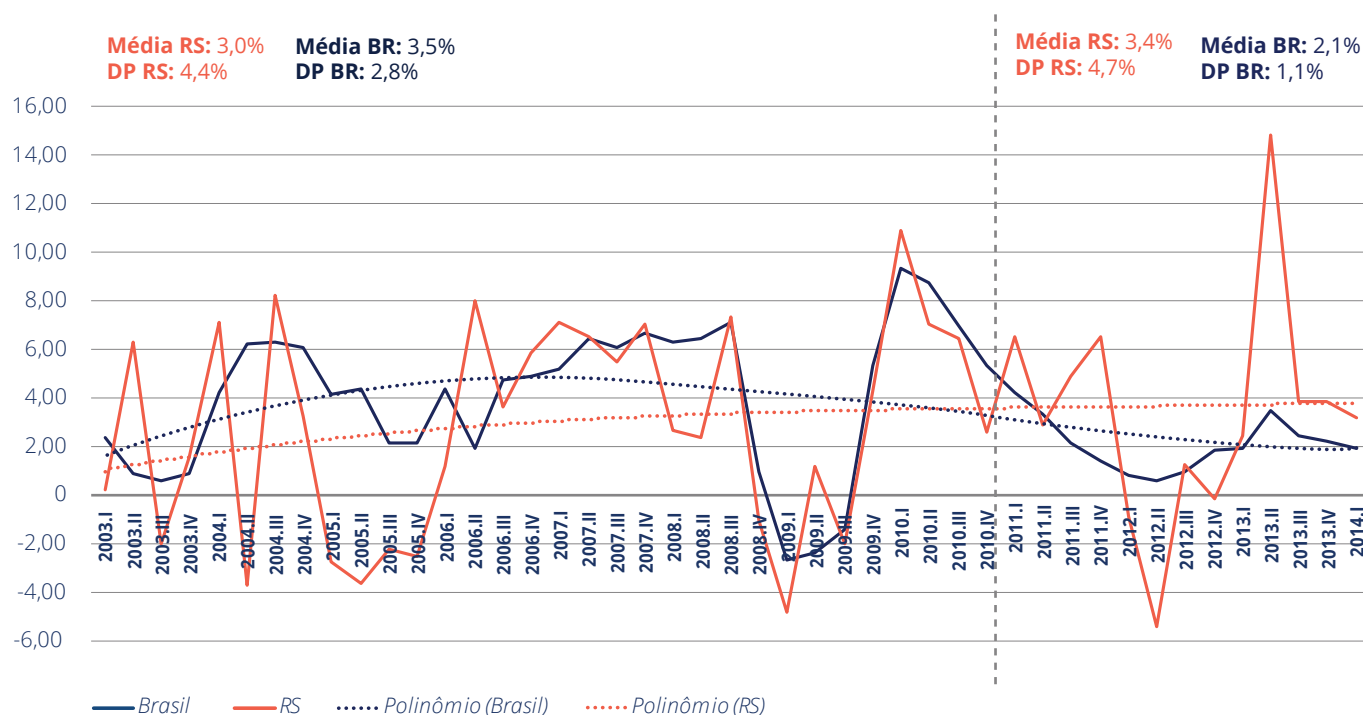
(...) O SETOR DE SERVIÇOS, POR SUA VEZ, RESPONDE POR MAIS DE 60% DO PIB GAÚCHO, SENDO O RESTANTE O EQUIVALENTE À PRODUÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL. (...)

as taxas de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul passaram a ser maiores que as taxas de crescimento do PIB do Brasil. Esse movimento pode ser observado no gráfico 1 a seguir. A informação presente no gráfico que é importante salientar é a taxa média de crescimento: no período mais recente, **a taxa de crescimento do PIB trimestral no estado é de 3,4%, enquanto no Brasil é de apenas 2,1%**, corroborando o crescimento maior do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil no período entre os anos de 2011 e 2013.

GRÁFICO 1

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB TRIMESTRAL

(Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) 2003-1 a 2014-1

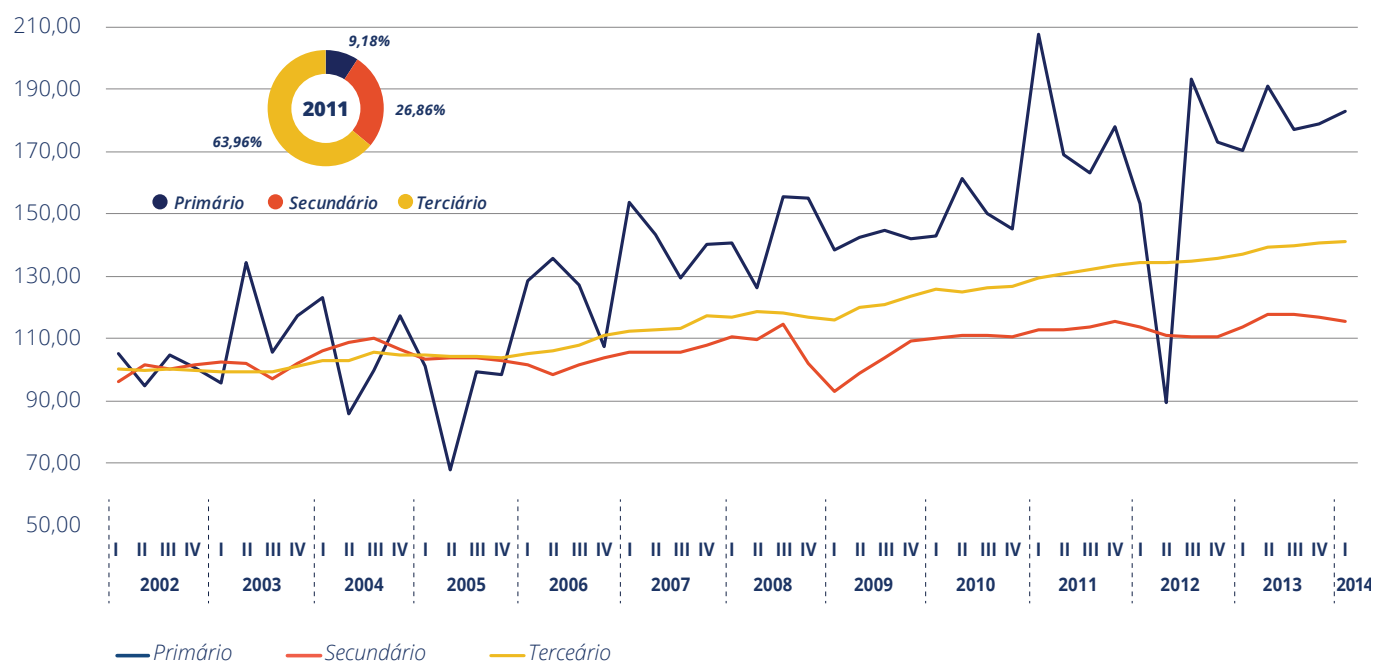


Fonte dos dados primários: IBGE e FEE

GRÁFICO 2

ÍNDICE DE VOLUME DO VAB (VALOR ADICIONADO BRUTO)

Trimestral por setores (2002-1 a 2014-1), com ajuste sazonal, e participação dos setores no PIB do Rio Grande do Sul (2011)



Fonte dos dados primários: FEE

Entre os anos de 1995 e 2004, o Rio Grande do Sul manteve sua participação no PIB nacional levemente acima de 7%, tendo esta se reduzido entre os anos de 2005 e 2011. Nos anos de 2012 e 2013, porém, notam-se sinais de recuperação da participação do estado no PIB brasileiro. Essa redução na participação, contudo, não deve ser interpretada como a perda do potencial dinâmico da economia gaúcha, mas como um possível processo de desconcentração da economia nacional em que estados menores (como os das regiões Norte e Nordeste) ganham espaço na produção da riqueza nacional.

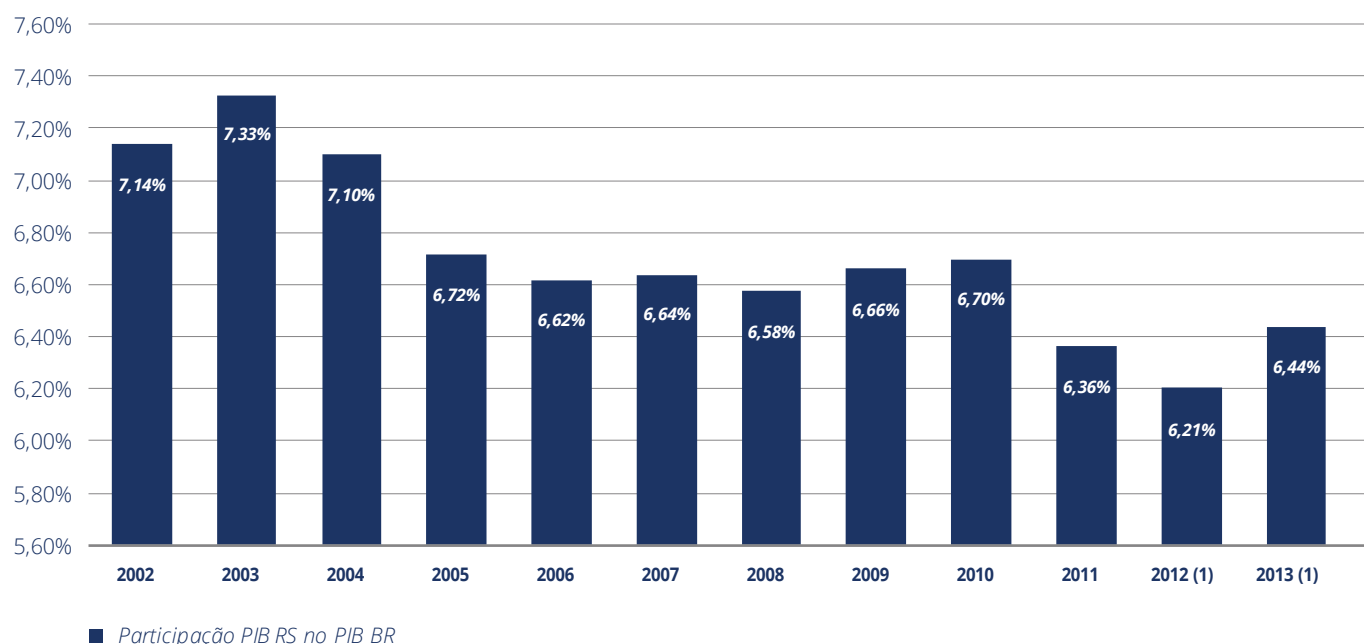
A evolução dos setores na economia gaúcha é bastante diversa (gráfico 2), com protagonismo do setor primário e uma indústria com desempenho mais brando, tal como ocorre na dinâmica nacional. **O setor primário é visivelmente mais volátil que os demais e, apesar de representar uma parcela bem menor em relação aos outros setores, impacta consideravelmente toda a economia.**

No que tange à evolução da indústria gaúcha nas últimas décadas, segue no gráfico 4 a evolução de alguns setores considerados tradicionais, como o de alimentos e bebidas, o de fumo, o de calçados e de artigos de couro, o de impressões, o de produtos de metal, papel e celulose e o de móveis, contrapostos a setores chamados de “dinâmicos” (automóveis, máquinas e equipamentos, borracha e plástico, químicos, derivados de petróleo, biocombustíveis e metalúrgico). Cada um desses setores foi avaliado levando em conta seu peso relativo no valor bruto industrial. O gráfico revela uma diferença considerável – e crescente – entre o desempenho dos setores tradicionais e os dinâmicos, comparando-os com a média da indústria.

Um dos principais fatores que explicam esse hiato é a queda no setor coureiro-calçadista, especialmente a partir do ano de 2005, o que pode ser diretamente associado à participação da China nesse setor e ao custo da mão de obra no estado.

GRÁFICO 3

PARTICIPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO PIB NACIONAL 1995 a 2013



Fonte dos dados primários: FEE

Essas informações refletem um **processo de reestruturação produtiva em curso no estado, no qual segmentos de maior intensidade tecnológica despontam em comparação a setores mais tradicionais e de intensidade tecnológica mais baixa.**

Isso indica uma melhora qualitativa da composição da indústria gaúcha, com destaque para veículos automotores (ônibus, caminhões, automóveis) e, nos últimos anos, máquinas e equipamentos.

No que se refere à estrutura comercial do Rio Grande do Sul, há um predomínio de produtos básicos na sua pauta exportadora, com destaque para soja, fumo e carnes, mas também um aumento recente de produtos mais elaborados, como os polímeros de etileno. As exportações representam cerca de 10% do PIB do estado, o que implica em uma dependência considerável da economia local em relação às variações do cenário internacional.

Em relação à situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, ressalta-se que **a alta participação das exportações representa um limitante do lado das**

receitas de ICMS, principal componente da receita, uma vez que são desoneradas pela Lei Kandir.

Além disso, as transferências constitucionais vêm caindo nos últimos anos. Logo, a mobilização de recursos encontra alguns entraves, considerando ainda o alto índice de vinculação das despesas correntes.

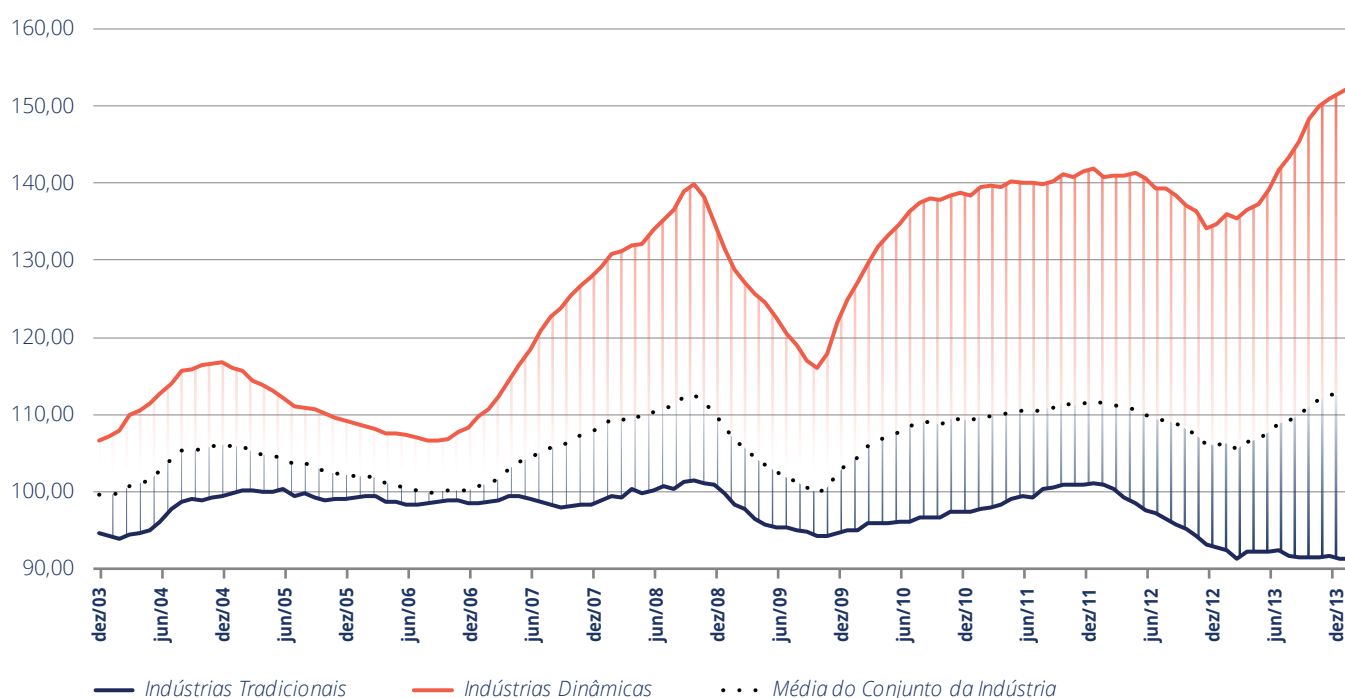
O gráfico a seguir mostra o resultado orçamentário e as taxas de crescimento de receitas e despesas correntes, mostrando uma tendência de ultrapassagem das receitas pelas despesas, tendo sido o déficit algo recorrente nos anos aqui analisados. Cabe salientar que o déficit por si só não deve ser entendido necessariamente de forma negativa, dado que pode representar um alto volume de gastos sociais. Além disso, a dinâmica da dívida pública no estado está fortemente relacionada à aprovação do PLC 99/2013, que propõe a mudança do indexador (do IGP-DI/FGV para o IPCA/IBGE) da dívida intralimite, gerando, no futuro, acesso a mais recursos e maior flexibilidade para o estado² em face da maior capacidade de contratação de novas dívidas.

² O referido projeto de lei foi aprovado no dia 27/11/2014.

GRÁFICO 4

ÍNDICE DE VOLUME DO VAB (VALOR ADICIONADO BRUTO)

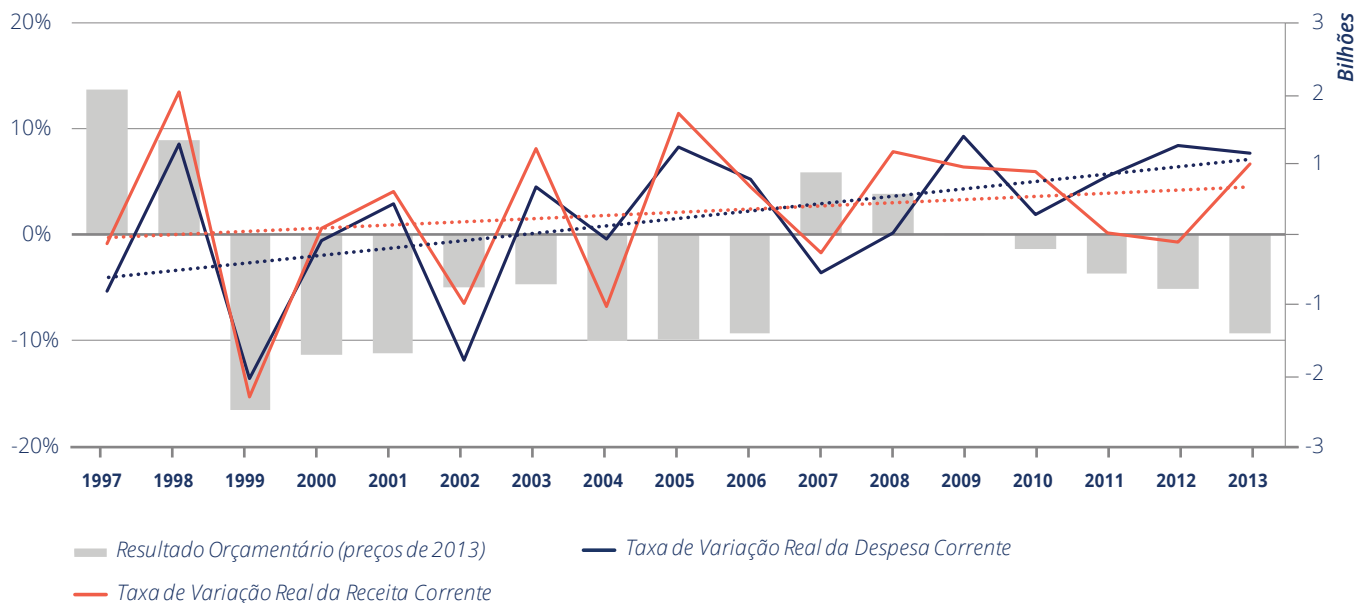
Trimestral por setores (2002-1 a 2014-1), com ajuste sazonal, e participação dos setores no PIB do Rio Grande do Sul (2011)



Fonte dos dados primários: FEE

GRÁFICO 5

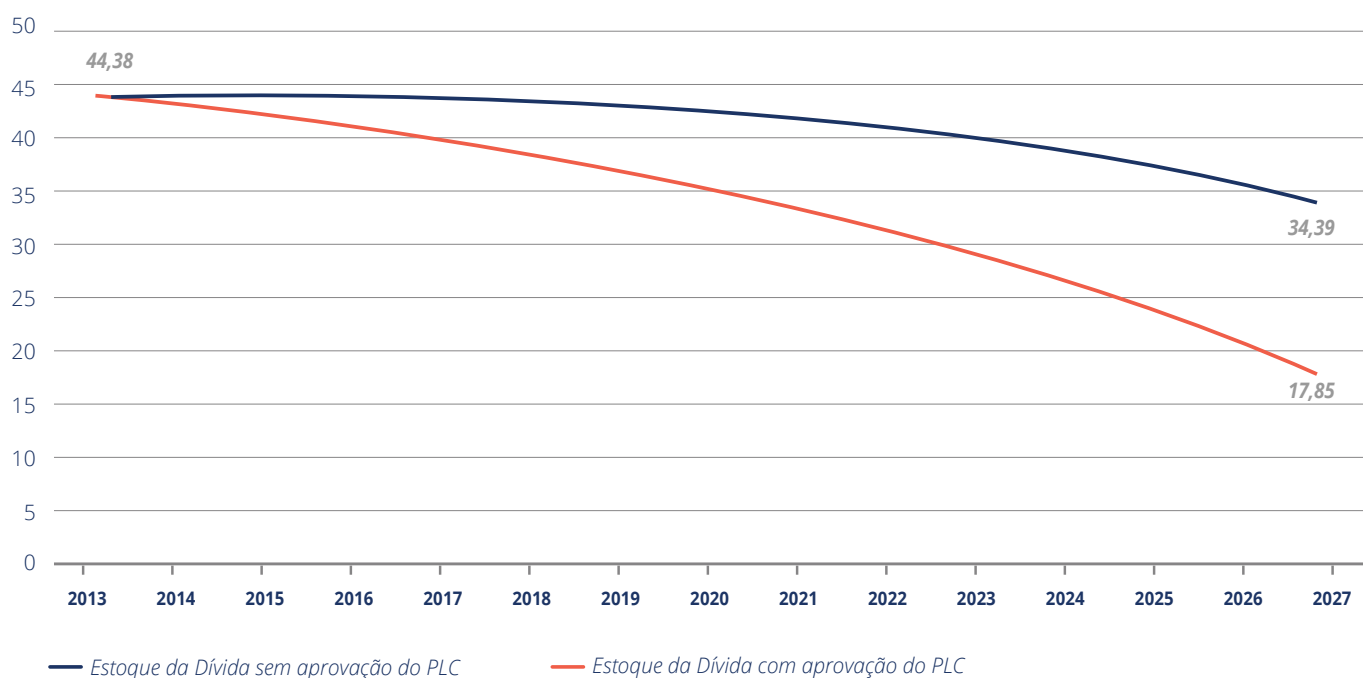
TAXA DE VARIAÇÃO REAL DAS DESPESAS E RECEITAS CORRENTES E RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Em valores reais (Ano base: 2013): 1997-2013



Fonte dos dados primários: SEFAZ/RS

GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO PROJETADA DA DÍVIDA PÚBLICA INTRALIMITE ATÉ 2027 (R\$ BILHÕES)
Cenários com e sem aprovação do PLC 99/2013



Fonte: SEFAZ/RS

04.



POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE FISCAL

Para desempenhar um papel de indutor no desenvolvimento da economia gaúcha, o estado deve criar formas de aumentar seus investimentos na medida do suficiente para inaugurar um processo de mudança estrutural de longo prazo. **Os investimentos do governo estadual podem se dar diretamente em setores estratégicos e pouco atrativos ao capital privado, gerando dinamismo para a economia e contribuindo para a geração de emprego e renda; ou de maneira a fornecer os subsídios necessários ao investimento do capital privado nessas áreas.**

A estrutura das políticas aqui apresentada possui um núcleo de políticas-chave e um conjunto de medidas complementares. As primeiras foram objeto de estimativas de impacto esperado (ver Box 2), enquanto que as demais fazem parte de um arcabouço auxiliar na consecução das políticas-chave, propiciando sustentabilidade para o cenário que se coloca.

(...) O ESTADO DEVE CRIAR FORMAS DE AUMENTAR SEUS INVESTIMENTOS NA MEDIDA DO SUFICIENTE PARA INAUGURAR UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL DE LONGO PRAZO. (...)

4.1

POLÍTICAS CENTRAIS

4.1.1. SETOR PRIMÁRIO

Como observado, cerca de 9% do PIB do estado é composto pelo setor primário e que 25% correspondem ao agronegócio. Essas atividades, porém, são muito dependentes do clima. Segundo Colombo e Pessoa, (2014), os municípios gaúchos sofrem, em média, uma perda de nove pontos percentuais na variação nominal do PIB *per capita* quando ocorre estiagem, fato que desencadeia efeitos sobre os demais setores. Além disso, municípios mais vulneráveis sofrem ainda mais, o que implica em uma maior desigualdade regional no estado. Destaca-se que as maiores perdas ocorrem nos anos de seca generalizada no estado, como em 2005 e 2012. Essas evidências sugerem que **é necessário identificar formas de mitigar os fatores climáticos que geram a massiva volatilidade do PIB da agropecuária.** Faz-se necessário, assim, algumas recomendações:

IRRIGAÇÃO: Ampliação da estrutura de irrigação no estado, estendendo-se essa estrutura às culturas-chave, tais como o milho e o leite. Não se sugere aqui que a irrigação seja ampliada para grandes lavouras como a soja, pois o impacto ambiental seria muito alto, e o retorno não seria tão compensador como em outras culturas.

DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA: Há uma concentração nas culturas de soja, arroz, milho e trigo, sendo grande parte voltada à exportação. Ainda assim, o estado possui uma estrutura diversificada de produção agrícola, aspecto que deve ser mantido e fomentado e que trará benefícios para os pequenos produtores e também para a economia do estado, promovendo desenvolvimento com mudanças estruturais.

ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COM A INDUSTRIAL: Criação de cadeias de produção que agreguem valor em todos

os seus estágios, promovendo aumento do desenvolvimento, emprego e renda.

CULTURAS DE INVERNO: As condições climáticas do estado propiciam um espaço importante para a plantação de culturas de inverno. Apesar de ser um grande produtor de trigo, o estado compete com a importação desse grão, sobretudo advindo da Argentina, o que gera entraves para a expansão da produção. Sabe-se que o estado já tem atuado com incentivos fiscais para a atividade.

INOVAÇÃO NO SETOR PRIMÁRIO: Existem setores da atividade primária no estado que possuem restrições espaciais para o aumento da produção, ou seja, o aumento pela via extensiva é impraticável. Sendo assim, a implementação de novas tecnologias é crucial para aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento, articulando o foco no setor primário. Entre as inovações sugeridas estão a recuperação do solo e o aumento da fertilidade, que trazem um benefício transversal para as culturas do estado e capaz de aumentar a produtividade geral do setor em 20 a 30%. Outra sugestão é no sentido da instalação de biofábricas para o combate de pragas, o que seria financeiramente mais viável para pequenos produtores e ambientalmente sustentável.

FOCO NO AGRICULTOR FAMILIAR: a política deve se orientar em fornecer mais opções de atuação para os pequenos produtores e agricultores familiares, facilitando o acesso destes a formas baratas de financiamento e à implementação de tecnologias. Essa política pode tornar a estrutura produtiva mais diversificada, mais sustentável, menos suscetível às intempéries e menos desigual, contribuindo sobremaneira para a promoção do desenvolvimento inclusivo no estado.

4.1.2. INCENTIVO À INOVAÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul tem se mostrado um forte indutor da inovação, como se pode ver por uma série de iniciativas implementadas nos últimos três anos, em especial no que se refere à redução de restrições burocráticas aos investidores, à criação de canais de financiamento e à utilização das competências que o estado possui nesse sentido, à construção

de parques tecnológicos e ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa, empresas e portadores de recursos, criando uma rede de arranjos produtivos locais. Tudo isso faz parte de uma estratégia que busca retornos no longo prazo, com o objetivo não de simplesmente adotar tecnologias novas, mas sim de criar competências dinâmicas e um arranjo institucional propício à inovação.

A proposta de incentivo à inovação aqui descrita busca, com isso, consolidar e aprimorar muitas das iniciativas já estabelecidas. Mais do que isso, entende-se que esse conjunto de políticas deve estar no centro do planejamento do estado para os próximos anos, pois é um elemento capaz de transformar qualitativamente a economia gaúcha, tendo como grande desafio a promoção da incubação interna de tecnologias, aliando-se ao desenvolvimento de aparatos técnico-científicos.

Quando se fala em incentivo à inovação, na verdade fala-se de um conjunto de iniciativas cujo impacto esperado se traduz principalmente em aumento de produtividade na indústria, mas também em diversos aspectos, como a diferenciação das empresas no ambiente de competição, a criação de competências dinâmicas que permitem que o desempenho das empresas inovadoras se mantenha a longo prazo e o conseqüente processo de mudança estrutural na forma de saltos qualitativos.

Por que investir em inovação? Essencialmente, pelo fato de que a atividade inovadora possui algumas particularidades, a saber: o fato de que o conhecimento, enquanto ativo intangível, pode ser considerado um bem público; e o fato de que os investimentos em atividades que geram inovação podem ser extremamente arriscados e expostos à incerteza, o que dificulta a ação dos empresários.

Via de regra, as políticas de inovação tendem a atuar no lado da oferta, criando incentivos fiscais aos esforços em P&D, promovendo financiamento à atividade científica, a integração com universidades e a criação de incubadoras para novas empresas, além

de parques e pólos tecnológicos, suporte à formação de pessoal por meio de ensino técnico e a mobilização de equipes de pesquisa.

Entre essas vertentes de atuação, deve-se destacar o financiamento à inovação. Mesmo tendo uma série de instituições – em nível nacional e regional – que podem atuar nesse sentido, o modo como essas instituições se colocam nas diferentes fases de implementação de empresas inovadoras é muito importante para criar um arranjo eficiente e produtivo.

Segundo Dantas e Sobreira (2012), o estágio inicial (“a semente”) do processo de implementação de uma inovação deve ser amparado por instituições governamentais que complementam os fundos próprios dos investidores e subsidiam a viabilidade dos investimentos, pois se trata do período de maior incerteza. O estágio seguinte (no qual se inserem as empresas denominadas “start-ups”) conta com a participação de investidores individuais com interesse em colocar seu capital em empresas promissoras (os “business angels”), além de fundos de “venture capital” ou capital de risco, que administram seu capital buscando como retorno a participação nas ações da firma inovadora. A articulação da empresa inovadora com essas fontes de capital pode ser de difícil operacionalização, sendo que o estado pode atuar nessa fase reduzindo os custos de transação e facilitando a comunicação entre esses atores.

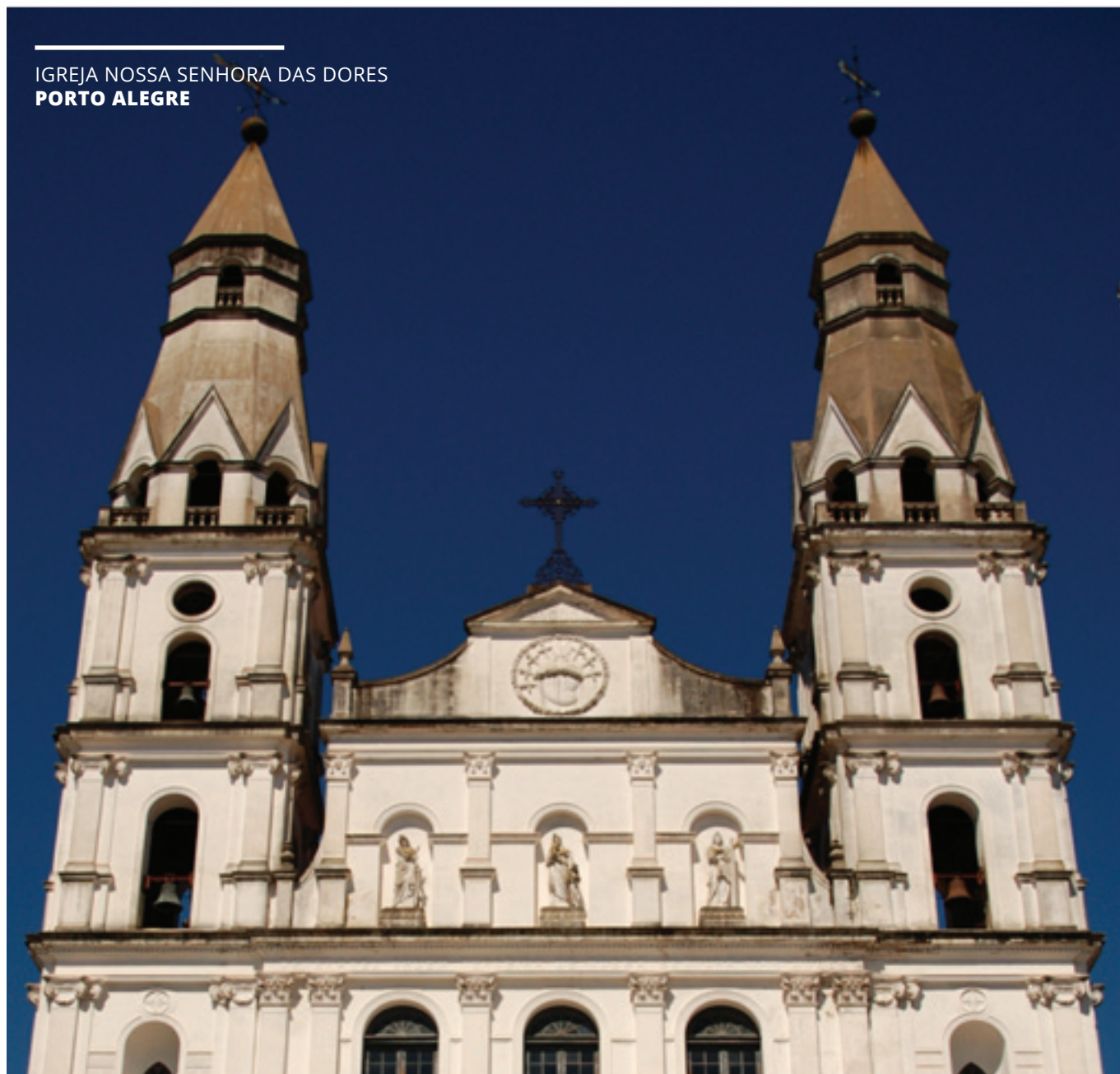
O estado pode atuar em diversas etapas do processo, mas sua atuação pode se dar de forma menos custosa para o orçamento quando age como um agente intermediário e facilitador dos processos de financiamento à inovação, reduzindo os custos de transação. O estágio em que sua participação é mais relevante é o inicial, pois envolve um maior número de incertezas que, se superadas, podem colocar tais empresas em uma trajetória virtuosa.

O incentivo à inovação aqui recomendado reside na possibilidade de aplicar diversas dessas iniciativas apresentadas. A título de exemplo, pode-se citar o desenvolvimento de Parques Tecnológicos, o que possibilitaria a criação de um ambiente propício para o surgimento de empresas incubadas e de indústrias em particular que usem tecnologias que possam induzir a melhorias significativas em técnicas e processos usados correntemente pelas demais empresas da região.

Com isso, deve-se aprimorar ainda mais a rede de acesso ao financiamento e à inovação. A articulação de

órgãos em nível federal que já atuam com financiamento à inovação (como a FINEP e o BNDES) com o sistema financeiro regional, o governo estadual e os potenciais investidores, além das universidades e dos demais centros de pesquisa relacionados pode ser um objetivo a ser alcançado pela gestão estadual que, vale ressaltar, já tem iniciativas, como a sala do investidor, que caminhem nesse sentido. O que se sugere aqui é ampliar o foco na inovação, pois as iniciativas de vários órgãos nesse sentido se apresentam algo dispersas, e não há um enfoque claro nessa ideia a partir da análise dos planos plurianuais do estado, por exemplo.

IGREJA NOSSA SENHORA DAS DORES
PORTO ALEGRE



BOX 2
ESTIMAÇÃO DE IMPACTO DAS POLÍTICAS CENTRAIS

As políticas centrais aqui colocadas foram objeto de uma estimativa quantitativa de impacto no PIB, de modo a funcionar como parâmetro para a análise de cenários.

No que diz respeito à política com foco no setor primário, foram levados em consideração para o cálculo o aumento esperado de produtividade (produção/área plantada) das principais lavouras (arroz, soja, milho, trigo e pasto usado para leite) advindo da meta de irrigação proposta (mais 50.000 hectares/ano irrigados no estado) e o aumento de produtividade advindo da recuperação dos solos e da ampliação da fertilidade aplicada transversalmente para as culturas do estado. Essas informações de base foram levantadas com a EMATER-RS, a Embrapa, a CONAB, o Ministério da Agricultura e a Secretaria Estadual

de Agricultura. O resultado dessa estimativa foi um aumento agregado de produtividade dessas culturas de 93,2% - pretende-se que a produtividade quase dobre nos próximos 9 anos, em comparação com o que é esperado no cenário-base, que é um aumento de apenas 35%. Em termos de PIB, considerando a participação pequena do setor agropecuário (9%), isso se traduz num aumento médio de crescimento nos anos projetados de 0,2 ponto percentual.

Já em relação à política de inovação na indústria, foram utilizados cálculos de aumento de produtividade decorrente de uma ampla iniciativa de promoção da inovação em setores estratégicos, que são os que apresentam taxas elevadas de investimento em tecnologia ou que possuem boas perspectivas de crescimento por estarem

vinculados a oportunidades em nível nacional (ex: cadeia de petróleo). Esse aumento de produtividade foi traduzido em termos de índice de produção física e, posteriormente, em termos de PIB esperado. O resultado agregado foi um aumento de produtividade de 62%, que resultou num aumento da taxa média de crescimento do índice de produção física de 4,4% para 7,7%, traduzido como um incremento de 0,5 ponto percentual no PIB. Esses dois impactos geram efeitos indiretos sobre o setor de serviços, uma vez que estimulam atividades como comércio, transportes e comunicação. Uma regressão simples foi estimada para chegar a um parâmetro que medisse esse impacto, gerando um incremento do PIB de 0,4 ponto percentual por conta desse efeito. O resultado agregado desse exercício de estimativa pode ser visto na tabela a seguir.

TABELA 1
DETERMINANTES DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO CENÁRIO-META

	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO CENÁRIO-BASE	INCREMENTO DECORRENTE DA POLÍTICA DO SETOR PRIMÁRIO	INCREMENTO DECORRENTE DA POLÍTICA DO SETOR	IMPACTO DAS POLÍTICAS NO SETOR TERCIÁRIO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO CENÁRIO-META
MÉDIA 2014-2022	3,2%	0,2%	0,5%	0,4%	4,3%

4.2

POLÍTICAS COMPLEMENTARES

4.2.1. EDUCAÇÃO

A educação é fim e meio para a promoção do desenvolvimento de uma região: é meio enquanto formadora do capital humano necessário aos setores que evoluem e fim enquanto promotora do desenvolvimento humano. A taxa de analfabetismo no Rio Grande do Sul em 2010 era de 4,5%. Há, entretanto, um número significativo de analfabetos funcionais no estado. É necessário, portanto, que seja implementada uma política que eleve a qualidade do ensino e mantenha o aluno na escola, tendo em vista o atual nível de evasão escolar.

A política voltada à educação sugerida é no sentido de elevação da infraestrutura, da melhora da qualidade do ensino e da atratividade do ambiente escolar. Para tanto, é necessária uma política que vise à capacitação dos profissionais que atuam na educação.

4.2.2. INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO

A rede de saneamento básico no estado é bastante precária, assim como no Brasil em geral. De acordo com o Índice de Desenvolvimento de Saneamento, o Rio Grande do Sul estava, em 2011, na 13ª posição entre as unidades da federação, empatado com o Espírito Santo. A falta de saneamento afeta a economia de diferentes formas. Nesse sentido, a falta de saneamento aumenta os gastos na área da saúde em razão das doenças infecciosas contraídas pela exposição direta das pessoas ao esgoto não tratado. Além disso, há a redução da produtividade no trabalho das pessoas que trabalham sentindo o mal estar típico dessas doenças, além do

aumento da incidência das faltas de trabalhadores em seus postos de trabalho por contraírem doenças como cólera, diarreia, difteria, amebíase, entre outras. Vale colocar que em 2011 o número de moradias sem acesso a água era de 636.348, enquanto as moradias sem acesso a esgoto chegavam a 2.807.096.

Os efeitos da falta de infraestrutura em saneamento impactam outros setores da economia, como o do turismo. Essa é uma atividade que depende de boas condições ambientais para o seu desenvolvimento. As economias com melhor desempenho na área de saneamento têm fluxos internacionais de turistas relativamente melhores.

A ampliação da estrutura de saneamento básico também se mostra importante em razão da necessidade do desenvolvimento de capital humano. A formação do cérebro do ser humano se dá até os dois anos de idade, sendo que as doenças infecciosas contraídas em função da falta de saneamento afetam as habilidades da criança para toda a vida. A redução das capacidades cognitivas faz com que a criança não avance nas séries iniciais da educação básica, o que impacta negativamente na qualificação da mão de obra e, portanto, na formação do capital humano, aspecto crucial do desenvolvimento.

Isso mostra que essa política deve ser implementada juntamente às políticas voltadas para a qualificação da educação e para o incentivo à inovação. Junto de políticas voltadas à educação porque não haverá ganhos no aumento da qualidade do ensino público se os alunos não têm capacidade para aprender; junto de políticas de incentivo à inovação porque a indústria que está se desenvolvendo precisa do capital humano que se deseja desenvolver.

4.2.3. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

O Brasil é um país caracterizado por problemas relacionados a gargalos de infraestrutura, sobretudo nos transportes. No Rio Grande do Sul, essa realidade não é diferente. Cerca de 90% do transporte de carga no estado é feito pelo modal rodoviário. Esse modal é caro tanto para o estado (que deve conservar as rodovias) quanto para os produtores, que desejam escoar a produção para outros estados ou para o exterior. A infraestrutura de transportes é crucial para o bom funcionamento da economia e para a criação de condições que dinamizem o escoamento da produção incremental esperada com o crescimento da economia. Mas, novamente, não se trata apenas de aumentar a quantidade de recursos investidos dentro da estrutura de transportes que já existe, mas de promover também mudanças qualitativas na matriz modal, com um enfoque especial na diversificação e na multimodalidade.

Sendo assim, é preciso pensar em formas de ampliar a malha ferroviária, propiciando condições de custo mais baixo para o escoamento de mercadorias, em especial aquelas destinadas à exportação. Além disso, cabe melhorar as condições de trafegabilidade das rodovias estaduais e incentivar a utilização de outros modais, em especial o transporte hidroviário (inclusive de cabotagem), que possui alto potencial no estado, o que poderia até mesmo melhorar o nível de segurança de tráfego nas estradas.

4.2.4. ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES LIGADAS AO PETRÓLEO

O estado pode aproveitar o atual momento da economia brasileira, principalmente no que se refere ao projeto Pré-Sal, de modo a reforçar sua posição no fornecimento de plataformas de petróleo e de navios. No ano de 2013, o estado teve uma receita de US\$ 4,7 bilhões em razão da venda de três plataformas. Isso gera crescimento do PIB e da arrecadação fiscal estadual, o que justifica a necessária consolidação do polo

naval do estado, que o coloca como possuidor de uma competência singular no país.

Cabe ressaltar que já existe uma série de investimentos na cadeia de Petróleo e Gás no estado, cujos impactos já foram incorporados ao cenário-base. Porém, outra forma de aproveitar o Pré-Sal é incentivando o desenvolvimento de tecnologias nas indústrias que produzem derivados de petróleo, em especial a indústria química e de plásticos. O desenvolvimento de materiais mais eficientes e com menor potencial nocivo ao ambiente se impõe como um elemento norteador do avanço tecnológico no setor.

Considerando que a matriz energética global é altamente dependente de combustíveis fósseis como o petróleo, torna-se necessário inovar constantemente de modo a utilizar o recurso de forma mais adequada com a escala dos problemas ambientais. Esse tipo de inovação tem como benefícios a sustentabilidade e a promoção da competitividade do setor, gerando maior valor agregado e, portanto, contribuindo para o desenvolvimento do estado. Logo, faz sentido pensar nessa forma de inserção do estado num país que pode se tornar um dos *players* mundiais importantes em petróleo, para além de mero exportador da matéria bruta.

4.2.5. INCENTIVO AOS SETORES ESTRATÉGICOS

O plano de implantação da política industrial do estado do Rio Grande do Sul, produzido pela AGDI, criou uma categoria de setores que consolidam a chamada “Nova Economia”, que congrega uma série de segmentos promissores no estado e que devem ser estimulados para que se consolidem num futuro próximo. São eles:

I) ENERGIA EÓLICA: Promissora fonte renovável e limpa de energia elétrica, os investimentos nesse setor podem fazer o Rio Grande do Sul se destacar no quesito sustentabilidade e ainda gerar importantes efeitos na economia do estado.

II) CARVÃO MINERAL: O Rio Grande do Sul possui a maior parte das reservas do mineral do país, o que pode colocá-lo numa posição estratégica nos próximos anos, dando origem a toda uma cadeia de exploração do mesmo, tanto em bens de capital quanto nos derivados do mesmo, com destaque para a indústria carboquímica.

III) SAÚDE AVANÇADA E MEDICAMENTOS: o desenvolvimento deste setor no estado é muito importante não apenas pela intensidade tecnológica, como também pela sua importância intrínseca: a criação endógena de bens que melhoram significativamente a qualidade de vida das pessoas.

IV) SEMICONDUCTORES: a atuação neste setor dinâmico e de tecnologia de ponta pode trazer uma nova onda de investimentos no estado, criando uma competência singular no país e colocando o estado numa posição importante, uma vez que se trata de uma indústria basal para o desenvolvimento de uma série de tecnologias, impactando positivamente na produtividade do setor de serviços.

V) GÁS NATURAL SINTÉTICO: derivado de transformações realizadas a partir do Gás Liquefeito de Petróleo, o Gás Natural Sintético é um produto substituto do gás natural que se apresenta como uma possibilidade importante no setor de combustíveis. Com investimentos projetados da ordem de R\$ 5 bilhões em dois grandes projetos, o estado tem a possibilidade de se inserir fortemente na cadeia petrolífera, indo além do polo naval e da produção de petroquímicos.

VI) BIOCOMBUSTÍVEIS: o estado já é o maior produtor nacional de biodiesel, tendo perspectivas interessantes para o bioetanol produzido a partir da cana. O estado historicamente nunca produziu quantidades expressivas de cana quando comparado a outros estados brasileiros, mas possui área e condições para tal.

VII) MADEIRA, CELULOSE E MÓVEIS: o estado responde por 15% da produção nacional, e essa atividade é impulsionada pela demanda de políticas públicas com foco na habitação, pela construção de módulos incorporados às plataformas de petróleo,

pela crescente exportação de celulose para outros países e pela sinalização de investimentos de ampliação da base florestal. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 321 milhões no setor como um todo e de mais R\$ 5 bilhões especificamente na Celulose Rio-Grandense (AGDI, 2014).

VIII) RECICLAGEM E DESPOLUIÇÃO: potencial de fomentar um setor que possui importância crucial para o desenvolvimento, com perspectivas de crescimento no estado, que são as atividades de reciclagem de materiais como metais, papel, vidro, PET, plástico e borracha, além de outras atividades relacionadas, como a compostagem, a geração de energia e a despoluição das águas. Nesse sentido, o estímulo ao setor pode situar o estado à frente dos demais, diferenciando-o qualitativamente em razão das oportunidades que podem ser aproveitadas com parcerias entre empresas locais e estrangeiras detentoras de tecnologia, pesquisas locais e a integração entre instituições que produzem conhecimento local e o desenvolvimento da legislação ambiental.

4.2.6. ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES DO SETOR TERCIÁRIO

TURISMO: é importante que haja incentivo específico no setor, pois os fatores que determinam seu dinamismo não estão necessariamente relacionados de forma direta à atividade industrial ou à agropecuária. No entanto, podem-se criar redes de conexão entre as atividades produtivas e o turismo incentivando, por exemplo, o turismo do vinho e do espumante, que possui forte potencial no setor e uma estrutura já consolidada. O turismo criativo se coloca como uma ideia bastante interessante a ser desenvolvida nesse cenário.

TI: setor crucial para o desenvolvimento da economia de uma região, uma vez que permite a agilidade de diversos fluxos econômicos. Investimentos no setor são ao mesmo tempo causa e consequência de efeitos positivos, e podem servir como fomento à indústria.

4.2.7. MEDIDAS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FISCAL

MEDIDAS RELATIVAS AO ICMS: aprimorar a estrutura de arrecadação e fiscalização, revisar desonerações, revisar estrutura de alíquotas e atuar em busca de um pacto federativo, evitando a guerra fiscal entre os estados.

APRIMORAR A PRODUTIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E O CONTROLE DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS CORRENTES: estabilização da sua taxa de crescimento, para que seja compatível com o crescimento das receitas e com a geração de serviços públicos de qualidade. Como boa parte das despesas é vinculada, esse ajuste de longo prazo deve se dar sobre as despesas não vinculadas com o objetivo de, no futuro, converter a economia intertemporal de recursos em fontes de financiamento próprio para investimentos produtivos e estratégicos. O modo como essa estabilização pode ser operacionalizada passa essencialmente pela racionalização da estrutura administrativa do estado, reconhecendo a ineficiência de algumas subdivisões bem como as competências que o estado pode de fato assumir. Uma mudança qualitativa passa pelo aumento da produtividade da estrutura administrativa e não necessariamente pela redução de contingente, representando uma opção com menores custos sociais e políticos.

(...) ESSE AJUSTE DE LONGO PRAZO DEVE SE DAR SOBRE AS DESPESAS NÃO VINCULADAS COM O OBJETIVO DE, NO FUTURO, CONVERTER A ECONOMIA INTERTEMPORAL DE RECURSOS EM FONTES DE FINANCIAMENTO PRÓPRIO PARA INVESTIMENTOS PRODUTIVOS E ESTRATÉGICOS. (...)

05.



UMA VISÃO DE FUTURO: CENÁRIOS PARA O RIO GRANDE DO SUL

Tendo por base este pano de fundo geral sobre a situação da economia do Rio Grande do Sul e dos seus aspectos fiscais, a metodologia adotada neste trabalho busca criar **dois cenários para o futuro, tendo como horizonte o ano de 2022.**

O cenário-base estima o que deve acontecer nos próximos anos a partir da extrapolação das tendências do presente, levando em conta projeções estatísticas dos dados disponíveis de 1997 a 2013 e também o resultado esperado de iniciativas que já vem sendo implementadas desde 2011. Esse cenário conta com a estimativa de uma média de crescimento do PIB compatível com a implementação de uma série de investimentos – que constam na tabela 2 – previstos pela AGDI³, cujo impacto foi estimado por meio da utilização da Matriz de Insumo-Produto do estado, calculada pela FEE⁴. Esses investimentos são considerados estratégicos e fazem parte da articulação da política industrial com as empresas no estado, entendendo-se que seu impacto é incremental em relação ao que regularmente é investido no estado.

3 Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

4 A última matriz disponível é a de 2003. Foram utilizados os multiplicadores de impacto no rendimento por setor de atividade ao qual se aplica os investimentos.

Por outro lado, o cenário-meta estabelece valores a serem perseguidos, tanto do ponto de vista da economia (média de crescimento do PIB, PIB *per capita*, participação do Rio Grande do Sul na riqueza nacional) quanto do ponto de vista das contas públicas (média de crescimento da arrecadação de ICMS e das despesas correntes). A construção desse cenário tem as seguintes premissas:

1) *Com o objetivo de criar um cenário com desenvolvimento e sustentabilidade fiscal, estabeleceu-se como parâmetro chegar a um resultado orçamentário em 2022 que possibilite a aplicação de uma cifra de R\$ 2 bilhões em investimentos do estado com recursos próprios. Para alcançar essa meta, é necessária uma maior arrecadação de impostos (especialmente pela via indireta do crescimento do PIB) e também uma estabilização da taxa de crescimento do componente não vinculado das despesas correntes, o que evita a necessidade de corte de gastos no curto prazo.*⁵

5 Cerca de 55% da Receita Líquida de Impostos e Transferências transforma-se em despesa corrente vinculada. Esse componente tende a crescer na mesma média de crescimento das receitas, sendo que qualquer proposta de redução da taxa de crescimento das despesas deve incidir apenas sobre o componente não vinculado

2) Pretende-se sugerir uma série de meios para alcançar essas metas (o que é o objeto da seção seguinte). Dentre esses meios, foram estimados os impactos de duas políticas, uma com foco na inovação e no aumento de produtividade da indústria e outra com foco no setor agropecuário, com ênfase na mitigação dos aspectos que propiciam uma alta volatilidade no setor, em especial os fatores climáticos. A taxa de crescimento do PIB proposta como meta leva em conta o impacto esperado dessas políticas.

A estimativa estatística da média de crescimento do PIB para o período 2014-2022 seria de 2,6% ao ano, caso não fossem incorporados os impactos dos investimentos que já vem sendo realizados.

O cálculo desses impactos sugere um incremento de 0,6 ponto percentual nessa taxa, o que implica no valor de 3,2% ao ano para a taxa de crescimento do PIB no cenário-base, semelhante à média de crescimento do período 2011-2013 e superior ao que é

esperado para o Brasil (2,9%), segundo informações do Boletim Focus do BACEN⁶.

Quando se incorpora o impacto esperado das políticas centrais sugeridas neste trabalho, a taxa de crescimento esperada do PIB aponta para um valor de 4,3% ao ano. Para criar expectativas mais críveis para o futuro, este trabalho utiliza uma banda de variação ao PIB tendo como piso o valor de 4,3% e, como teto o valor que consta no projeto de lei orçamentária de 2014, que é de 5%. O gráfico 7 ilustrativo desses cenários encontra-se logo a seguir, enquanto a tabela 3 mostra o resumo das principais variáveis de cada cenário. Esses valores seriam capazes de levar a média de crescimento da arrecadação de ICMS de 3,6% ao ano para valores entre 4,5% e 5,1% ao ano, supondo que não haja alterações na estrutura tributária. A trajetória esperada do ICMS segue no gráfico 8.

⁶ Boletim Focus de 29/8/2014. As expectativas nesse boletim são apresentadas até ao ano de 2018. A partir desse ano é traçada uma tendência por ARIMA, até 2022 o que resulta na taxa anual média de crescimento de 2,9%.

TABELA 2

INVESTIMENTOS PROJETADOS PARA OS ANOS 2014 A 2022
Por setor (em R\$ milhões)

SETOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
BENS DE CAPITAL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	447	447	447	447	447	447	447	447	447	4.020
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS	123	123	123	123	123	123	123	123	123	1.110
SETOR AUTOMOBILÍSTICO	1.917	817	817	817	817	817	817	817	817	8.450
MADEIRA E CELULOSE	1.357	2.607	107	107	107	107	107	107	107	4.713
SAÚDE AVANÇADA E MEDICAMENTOS	112	112	112	112	112	112	112	112	112	1.008
AGROINDÚSTRIA	357	357	357	357	357	357	357	357	357	3.210
INDÚSTRIA OCEÂNICA E PÓLO NAVAL	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	9.750
PARQUES EÓLICOS	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	14.400
CARVÃO E TERMELÉTRICAS	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	-	-	-	-	7.000
TOTAL	8.396	8.546	6.046	6.046	6.046	4.646	4.646	4.646	4.646	53.661

Fonte dos dados primários: AGDI

TABELA 3

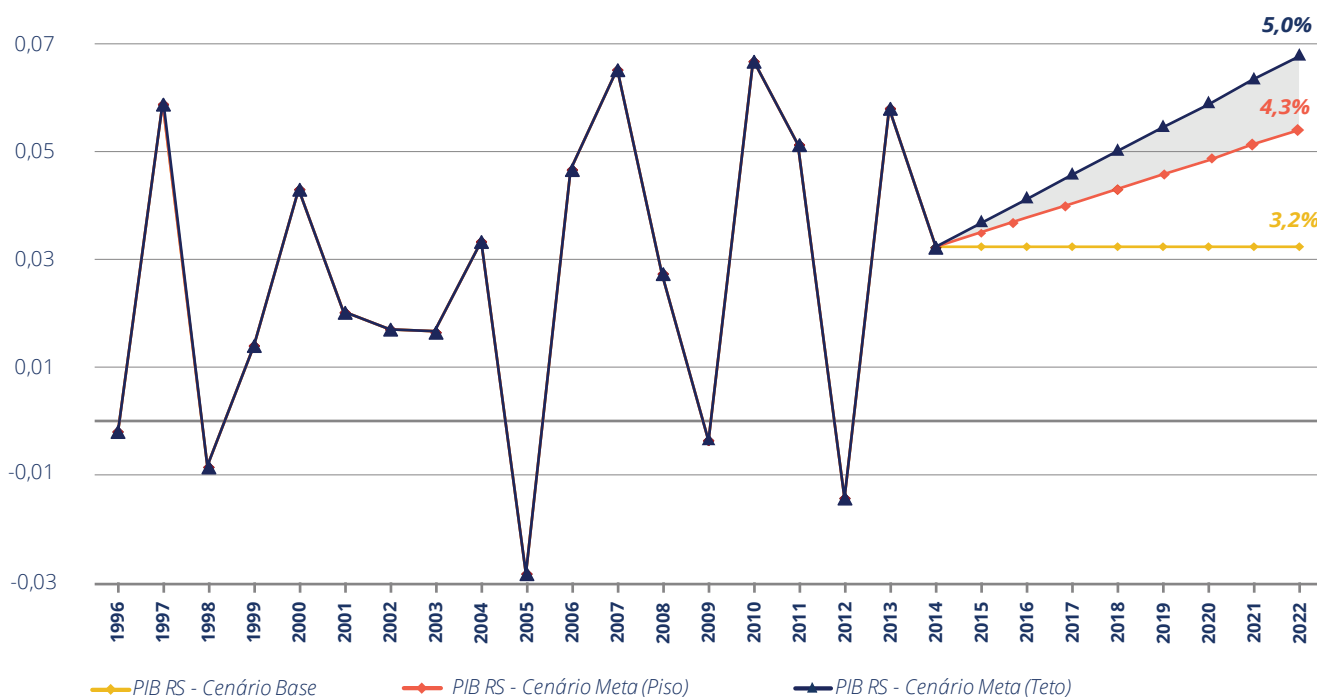
COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS DOS CENÁRIOS
 Por setor (em R\$ milhões)

	TX. CRESC. PIB	TX. CRESC. ICMS	TX. CRESC. DESPESAS CORRENTE
CENÁRIO-BASE	3,2%	3,6%	3,9%
CENÁRIO-META	4,3%-5,0%	4,5%-5,1%	2,6%-3,0%

Fonte dos dados primários: AGDI

GRÁFICO 7

MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB, CENÁRIO-BASE E CENÁRIO-META
 Rio Grande do Sul e Brasil



Fonte dos dados primários: AGDI

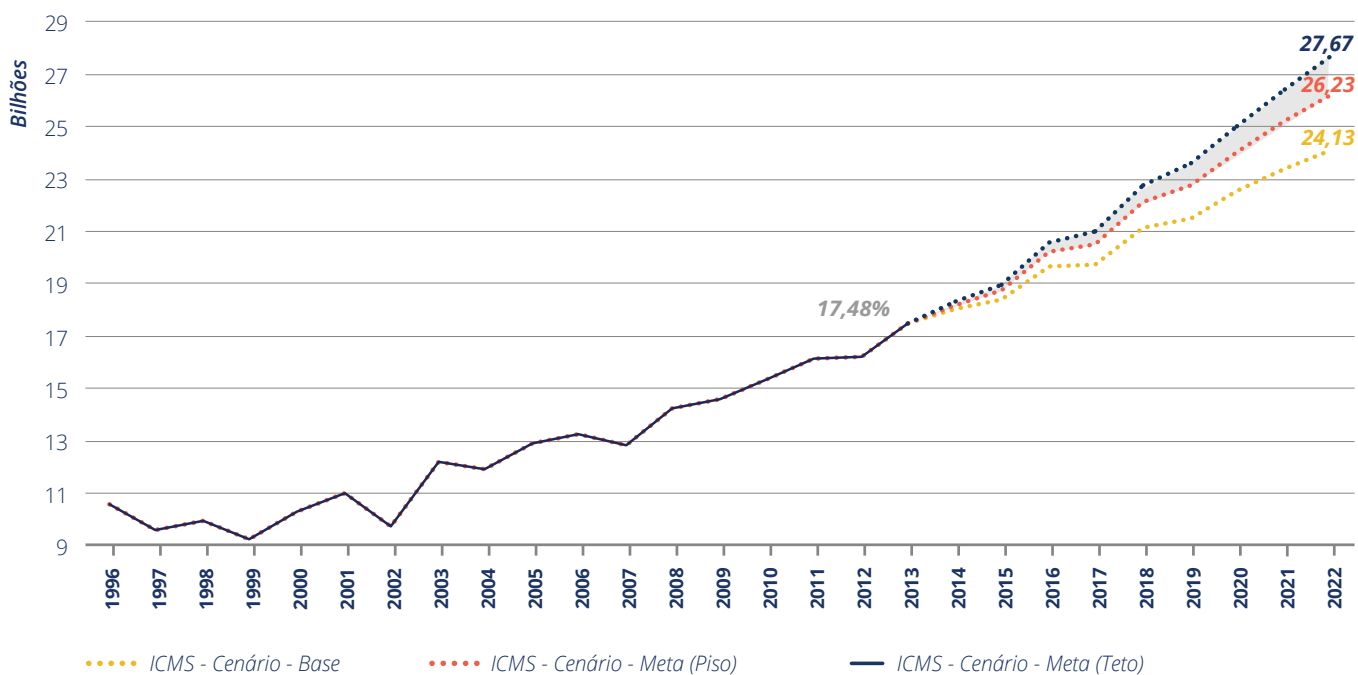
Considerando tal cenário se realize e ainda sem nenhuma premissa sobre o comportamento dos demais estados, espera-se que o Rio Grande do Sul ganhe participação em relação ao PIB do país, saindo de 6,6% para valores entre 7,3% e 7,7%, tal como consta no gráfico 8. Além disso, o impacto desse cenário sobre o PIB *per capita* seria considerável, podendo fazer

com o que o mesmo salte de pouco menos de R\$ 28.000 (valor atual) a valores em torno de R\$ 40.000, em comparação com o cenário-base de R\$ 36.000, o que permite que o estado do Rio Grande do Sul se mantenha com um PIB *per capita* superior ao da média brasileira, tal como se verifica hoje.

GRÁFICO 8

ARRECADAÇÃO DE ICMS A PREÇOS DE 2013 (EM R\$ BILHÕES)

Cenário-base e cenário-meta

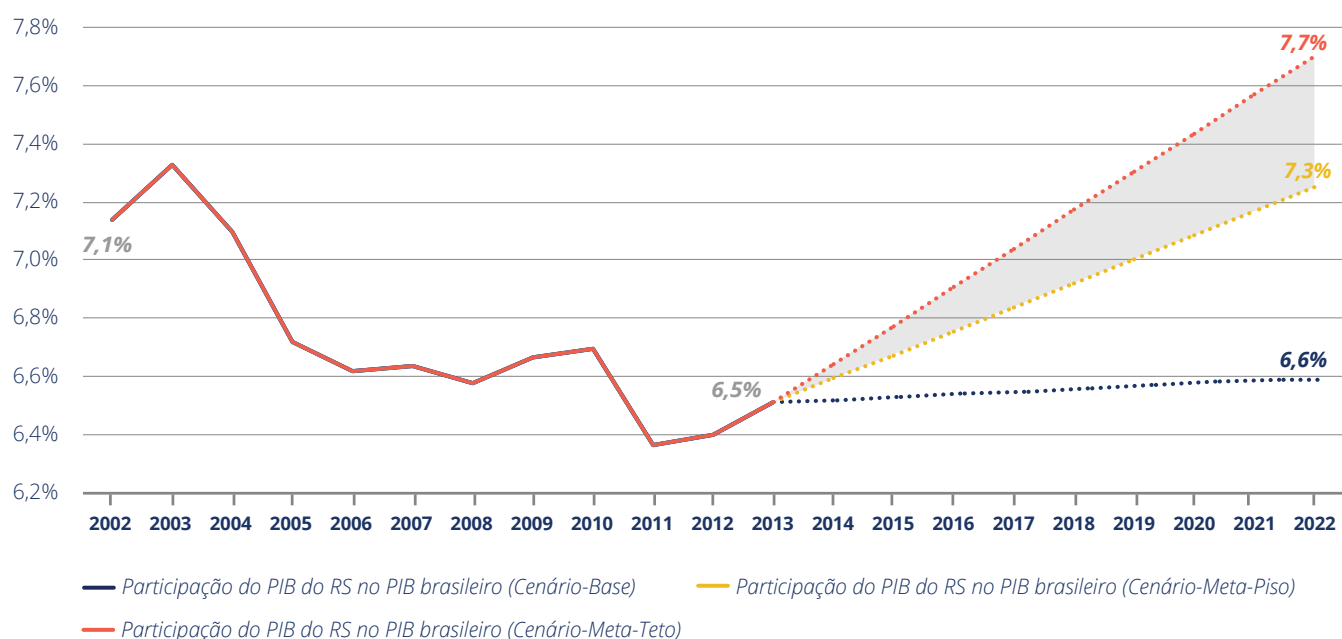


Fonte dos dados primários: SEFAZ/RS

GRÁFICO 9

PARTICIPAÇÃO DO PIB DO RIO GRANDE DO SUL NO PIB NACIONAL

Cenário-base e cenário-meta



Fonte dos dados primários: FEE e IBGE

Tendo em vista a situação fiscal do estado, como mostrado na seção anterior, faz-se necessário criar não só condições para que se alcance patamares elevados de desenvolvimento socioeconômico, como também que isso ocorra paralelamente a um esforço de criação de espaço fiscal, de modo que o estado tenha maior margem para aplicar recursos na forma de investimentos e serviços públicos. A ideia é utilizar os ganhos de receita, direcionando-os para os investimentos e criando uma trajetória de moderação das taxas de crescimento das despesas do estado, sem comprometer a provisão de serviços públicos e sem gerar choques bruscos de despesas.

Essa dinâmica seria aplicada apenas no componente não vinculado da despesa (como mostra a tabela 4), o que significa que gastos como educação e saúde permaneceriam na mesma trajetória, pois são vinculados ao crescimento da receita. A implicação da mesma é uma moderação da média da taxa de crescimento das despesas de 3,9% ao ano (cenário-base) para valores entre 2,6% e 3% ao ano no cenário-meta, que resultam na trajetória de despesas exibida no gráfico 10.

TABELA 4

CÁLCULO DA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DO CENÁRIO-META

2014-2022	CENÁRIO-BASE	CENÁRIO-META (PISO) SEM REDUÇÃO COM REDUÇÃO		CENÁRIO-META (TETO) SEM REDUÇÃO COM REDUÇÃO	
PARCELA VINCULADA DA DESPESA CORRENTE = ICMS	3,6%	4,5%		5,1%	
DESPESAS DE PESSOAL (NÃO VINCULADAS)	4,0%	4,0%	1,3%	4,0%	1,6%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES (NÃO VINCULADAS)	4,3%	4,3%	1,7%	4,3%	1,9%
DESPESA CORRENTE TOTAL	3,9%	4,2%	2,6%	4,4%	3,0%

Fonte: FGV/DAPP

(...) ESPERA-SE QUE O RIO GRANDE DO SUL GANHE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO PIB DO PAÍS, SAINDO DE 6,6% PARA VALORES ENTRE 7,3% E 7,7% (...)

PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

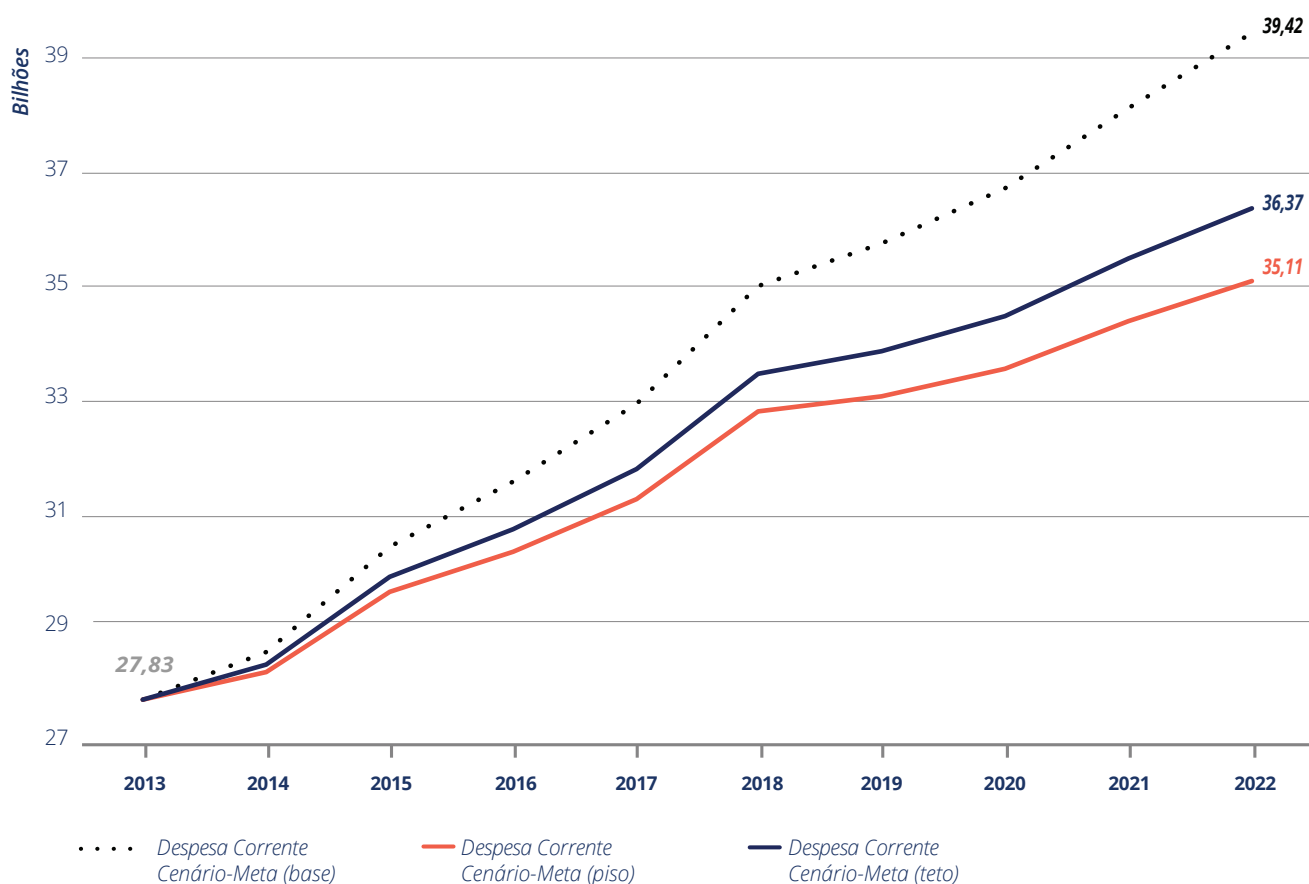




GRÁFICO 10

DESPESAS CORRENTES A PREÇOS DE 2013 (R\$ BILHÕES)

Cenário-base e cenário-meta



Fonte dos dados primários: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ

Essa alternativa implica a administração de déficits no curto prazo, mas almeja uma queda do déficit orçamentário e a reversão do mesmo no longo prazo, levando-se em consideração a meta de aumento dos investimentos públicos. O resultado de tal política é propiciar um crescimento das receitas superior ao das despesas, num arranjo de desenvolvimento com sustentabilidade fiscal.

Com isso, espera-se chegar ao resultado orçamentário equilibrado que foi estabelecido como meta, em oposição ao que se espera do cenário-base, que é uma exacerbação da trajetória de déficits do estado já visualizada na atualidade, o qual chega

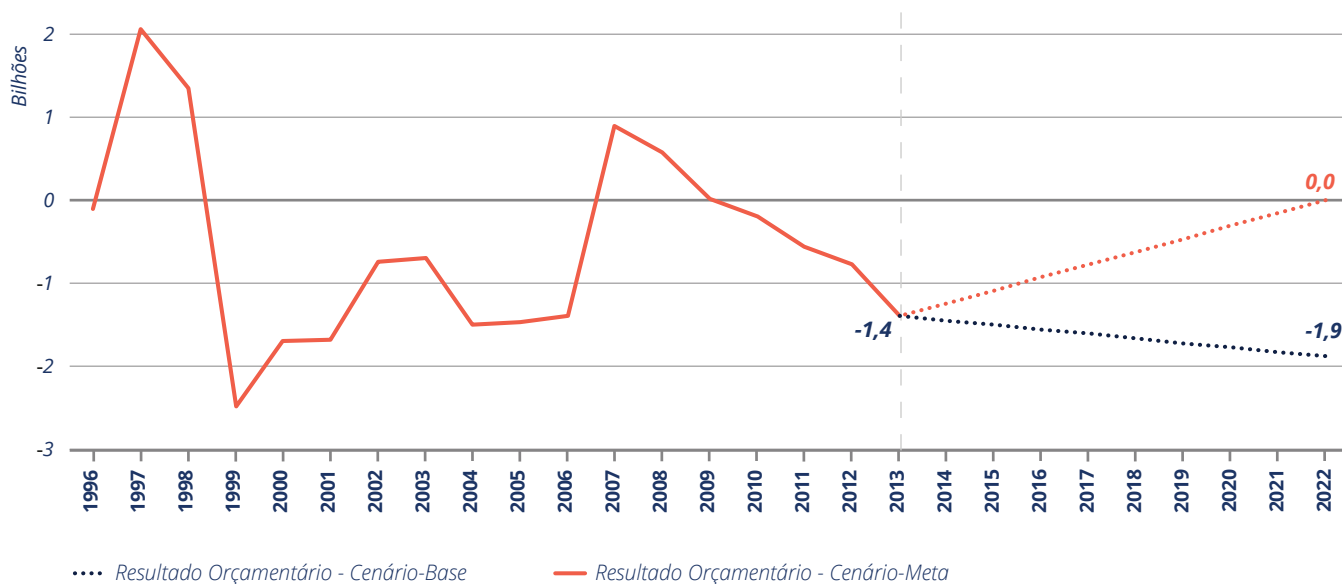
a R\$ 1,9 bilhão negativos. Uma taxa de crescimento do PIB maior que gere também deterioração da situação fiscal não é o que se estabelece como meta para o estado, por isso a necessidade em se agir tanto na frente econômica como na fiscal.

É importante resaltar que o resultado fiscal associado ao piso de crescimento do PIB no cenário-meta é equivalente àquele observado para o teto da taxa de crescimento nesse cenário. Assim, quanto maior o crescimento do PIB, menor necessidade de controle das despesas para se chegar à sustentabilidade fiscal.

GRÁFICO 11

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (RECEITAS TOTAIS – DESPESAS TOTAIS)

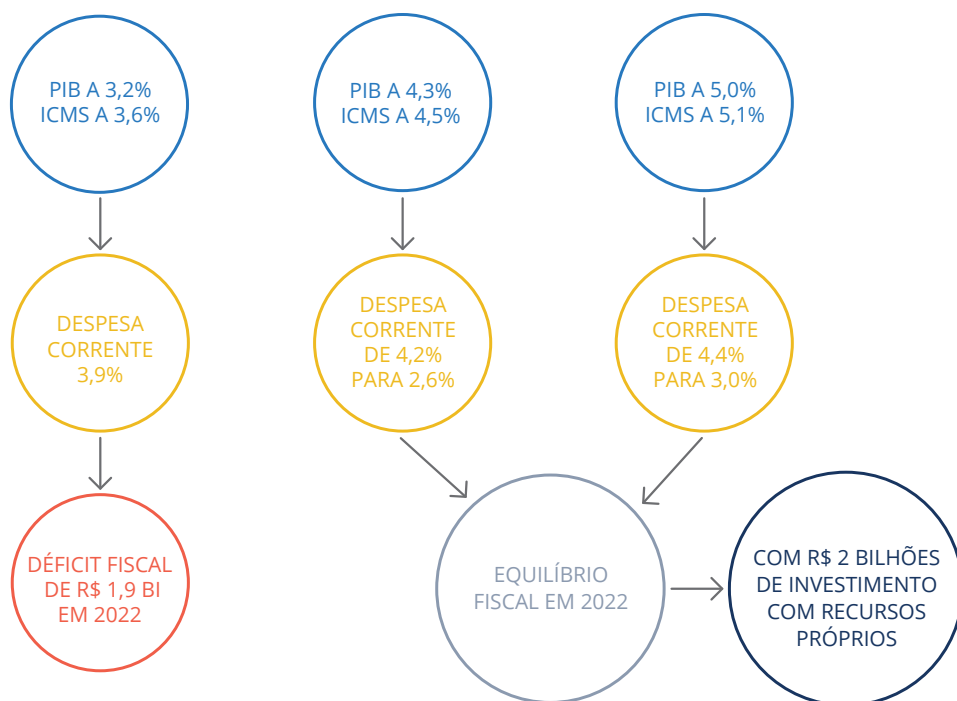
A preços de 2013: cenário-base e cenário-meta



Fonte dos dados primários: SEFAZ/RS

FIGURA 2

METAS CONSOLIDADAS



Fonte: FGV/DAPP

06.



O RIO GRANDE DO SUL EM 2022: O FUTURO QUE QUEREMOS

Tendo a narrativa apresentada até aqui, qual é o futuro que se deseja para o estado do Rio Grande do Sul? Espera-se, para os fins deste documento, que o estado chegue em 2022 com maior crescimento do PIB, que seria o mero resultado finalístico, e, mais do que isso, espera-se que o estado consiga chegar a essa situação com maior PIB *per capita*, maior participação na riqueza nacional, com uma economia qualitativamente distinta, criadora de competências inovadoras que se sustentam ao longo do tempo, com emprego e renda estáveis, maiores possibilidades para a sua população e, ainda, com maior capacidade de ação do estado por meio de investimentos que sejam produtivos do ponto de vista econômico e social.

A tabela 5 faz um resumo da comparação de cenários que foi realizada, mostrando as diferenças entre o que se espera do estado supondo as tendências visualizáveis no presente e o que se pode colocar como meta para o estado num horizonte em que mudanças estruturais sejam factíveis e propiciem resultados capazes de se sustentar ao longo do tempo.

(...) MAIOR PARTICIPAÇÃO NA RIQUEZA NACIONAL, COM UMA ECONOMIA QUALITATIVAMENTE DISTINTA, CRIADORA DE COMPETÊNCIAS INOVADORAS QUE SE SUSTENTAM AO LONGO DO TEMPO.

6.1

O RIO GRANDE DO SUL EM 2022

TABELA 5

RESUMO DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS

2014-2022	CENÁRIO-BASE	CENÁRIO-META (PISO)	CENÁRIO-META (TETO)
MÉDIA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	3,2%	4,3%	5,0%
MÉDIA DA PARTICIPAÇÃO DO PIB DO RS NO BRASIL	6,5%	6,9%	7,1%
MÉDIA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO ICMS	3,6%	4,5%	5,1%
MÉDIA DA TAXA DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS CORRENTES	3,9%	2,6%	3,0%

VARIÁVEL/CENÁRIO	2013	2022, CENÁRIO-BASE	2022, CENÁRIO-META (PISO)	2022, CENÁRIO-META (TETO)
PIB (EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS DE 2013)	R\$ 311,96	R\$ 411,51	R\$ 452,73	R\$ 480,83
PARTICIPAÇÃO DO RS NO PIB NACIONAL	6,4%	6,5%	7,3%	7,7%
PIB PER CAPITA (EM R\$, A PREÇOS DE 2013)	R\$ 27.994,00	R\$ 35.890,77	R\$ 39.485,82	R\$ 41.936,93
ARRECADADAÇÃO DE ICMS (EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS DE 2013)	R\$ 17,48	R\$ 24,13	R\$ 26,23	R\$ 27,67
RECEITA CORRENTE (EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS DE 2013)	R\$ 28,30	R\$ 38,88	R\$ 40,78	R\$ 42,05
DESPESA CORRENTE (EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS DE 2013)	R\$ 27,83	R\$ 39,42	R\$ 35,11	R\$ 36,37
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS DE 2013)	-R\$ 1,3	-R\$ 1,9	R\$ 0,0	R\$ 0,0

Fonte dos dados primários: FEE, SEFAZ RS e IBGE

As transformações aqui propostas não devem, porém, envolver o sacrifício de setores tradicionais em prol dos setores dinâmicos, mas sim tornar dinâmicos os setores tradicionais da economia gaúcha, torná-los produtivos, além de estimular os setores que já apresentam tendências mais promissoras, incorporando novas tecnologias disponíveis e desenvolvendo-as internamente, criando vantagens competitivas que sejam capazes de se manter ao longo do tempo.

Além disso, **o futuro desejado para o Rio Grande do Sul envolve políticas inclusivas, como o oferecimento de educação de qualidade e de uma estrutura de saneamento básico universal, de modo a permitir a participação de camadas da população no processo de desenvolvimento econômico.** Além da importância intrínseca que esse tipo de iniciativa possui, a formação de pessoal qualificado e a garantia das capacitações básicas dos indivíduos permitem criar um ambiente atrativo à formação de negócios inovadores, que possam gerar ainda mais propulsão e diferenciação para a economia do estado.

Não se pode esperar que a economia siga naturalmente em direção ao desenvolvimento econômico. O estado deve participar ativamente desse processo. Para isso, porém, deve aumentar os seus investimentos, o que depende do saneamento das contas públicas – para que se crie espaço fiscal. O desenvolvimento seria obtido, portanto, com sustentabilidade fiscal. Não se sugere com isso um ajuste fiscal de curto prazo com altos custos sociais, mas um ajuste gradual ao longo de um período de nove anos.

Com a implementação das propostas sugeridas e a consolidação daquilo que já vem sendo feito, espera-se que o PIB do estado cresça a taxas superiores à média nacional e que o estado eleve sua participação no PIB nacional a patamares que antes já conseguiu atingir. Através das estimações feitas sobre os resultados esperados, viu-se que em 2022 o estado atingiria um PIB *per capita* de mais de 40 mil reais, além de um superávit fiscal capaz de permitir que o mesmo invista pelo menos R\$ 2 bilhões com recursos próprios, criando as bases para resultados ainda melhores para o futuro, de maneira a produzir um círculo virtuoso que levará o Rio Grande do Sul ao nível de desenvolvimento observado em países avançados.



(...) PERMITIR QUE O MESMO
INVISTA PELO MENOS R\$ 2
BILHÕES COM RECURSOS
PRÓPRIOS, CRIANDO AS BASES
PARA RESULTADOS AINDA
MELHORES PARA O FUTURO, (...)







REFERÊNCIAS

AGDI (2013). **Plano de implantação: Política Industrial. Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Revisão 2013**

DANTAS, A.; SOBREIRA, R. (2012). **Finance for development:** financial system and its functionality. The Financial System's Functionality in terms of Economic Development in Brazil. Interim Report. Ford Foundation.

FEE (2014) PIB estadual. **Série Histórica.** Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/serie-historica/>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

FEE (2014). **FEEDADOS.** Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp. Acesso em: 26 de mai. 2014.

FINANCIAL TIMES (2014). **South american states of the future 2014/15.** FDI Intelligence Report. Disponível em: <http://www.fdiintelligence.com/Locations/Americas/Argentina/South-American-States-of-the-Future-2014-15?ct=true>. Acesso em 29 ago. 2014

IBGE (2014). **Contas regionais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

SEFAZ/RS (2014). **Banco de dados da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx?>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

SEFAZ/RS (2013). **Dívida pública estadual:** Relatório Anual 2012. Disponível em: https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_fin_div_rel_dow. Acesso em: 26 de mai. 2014.

SEN, A. K. (1997). Maximization and the act of choice. **Econometrica**, vol.65, n.4 (jul. 1997), pp. 745-779.

SIDRA/IBGE (2014). **Sistema IBGE de recuperação automática.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

www.dapp.fgv.br

dapp@fgv.br

(21) 3799-4300